

Educando em MOGI

A revista Educando em Mogi
é um projeto da Prefeitura de
Mogi das Cruzes por meio da
Secretaria de Educação

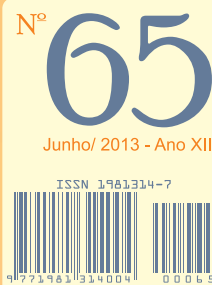
Movimentos Sociais:

cooperação,
integração e
comprometimento
com as decisões

Conselhos Municipais
Gestão pública e
participação popular

Conselhos Escolares
Princípio da gestão
democrática das escolas

Creches Subvencionadas
Construção de
saberes e relações



Expediente

Organizadora Rose Roggero	Karen Luzia Schmidt Ribeiro Kelli Correa Brito Leandro Bassini Marcia A. M. Vianna Maria da Glória Gohn Mariene Kulsar do Prado Marina Dias Nogueira Mario Sergio Barbosa Patricia Cirezola Carielo Rose Roggero Serly Garcia Silvio Cesar Silva Valéria Campolino
Conselho Editorial Eulália Anjos Siqueira Kelen Cristiane dos Santos Chacon Maria Estela Ribeiro Fernandes Maria Aparecida Tavares Romeiro Safiti Valéria Campolino	
Coordenação Editorial Bernadete Tedeschi Vitta Ribeiro	
Jornalista Responsável Kelli Correa Brito - MTB 40.010	
Fotos Arquivos das Escolas Municipais Ney Sarmento (CCS)	
Nossa capa Foto de Guilherme Berti (CCS)	
Projeto Gráfico e Diagramação Eduardo Leite	
Ilustrações Eduardo Leite Jeff Almeida	
Colaboraram nesta edição Bruna Rocha Siqueira Bruno Rodrigues da Luz Daniela Salvador Mariano Douglas de Matteu Equipe de Supervisão de Ensino da Secretaria de Educação de Mogi das Cruzes Equipe escolar da EM Profª Wilma de Almeida Rodrigues Equipe escolar do CEIC Raio de Luz Ivan Melo	Fotolito, impressão e acabamento Rettec Artes Gráficas e Editora Ltda. Rua Xavier Curado, 388 Ipiranga - São Paulo - SP CEP: 04210-100 Tel.: (11) 2063.7000 e-mail: rettec@rettec.com.br site: www.rettec.com.br
	Tiragem 4.000 exemplares
	Secretaria de Educação Coordenadoria de Comunicação Social Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277 Centro Cívico - Mogi das Cruzes - SP CEP: 08790-900 Tel.: (11) 4798.5011 / 4798.5012 e-mail: revistaeducando.sme@pmmc.com.br site: www.mogidascruzes.sp.gov.br
	A Revista Educando em Mogi nº 65 é uma publicação da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, por meio da Coordenadoria de Comunicação Social, e não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

Editorial

A Revista Educando em Mogi está de cara nova. São mais de 10 anos de atividade e o momento é de renovação no layout e no conteúdo. A proposta é ampliar os horizontes de nossa publicação, que passa a ter ênfase no caráter de formação com o objetivo de criar uma cultura acadêmica, aprofundar os relatos de experiência e boas práticas, além de discutir conceitos e fortalecer projetos.

O primeiro número de 2013 apresenta um layout mais leve e moderno que marca esta nova fase. A secretária de Educação, Rose Roggero, faz a apresentação desta edição, relatando um pouco sobre seus primeiros meses de trabalho na Pasta.

O tema escolhido para esta edição são os movimentos sociais e sua participação na gestão pública da educação. Trazemos o artigo da renomada especialista sobre movimentos sociais, Maria da Glória Gohn, e os três conselhos municipais ligados à Educação: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB), que apresentam seus trabalhos e divulgam suas datas de reuniões e contatos, momentos importantes para que todos participem.

Os Conselhos Escolares ganham um espaço especial nesta edição com artigos de especialistas. Cinco educadores apresentam diferentes olhares sobre este tema. É interessante observar como cada um trouxe para a publicação um recorte da história da gestão democrática na educação e orienta os gestores e a comunidade como tornar esta participação realmente efetiva. Agradecemos também aos pais e às escolas que nos enviaram suas experiências.

Esta publicação conta ainda com um material rico sobre a participação da sociedade nas ações da Secretaria de Educação, em especial, na administração das creches subvencionadas com uma entrevista com a supervisora de ensino, já aposentada, Marina Dias Nogueira, que nos consta sua experiência na construção dessa política pública responsável pelo atendimento de mais de 8 mil crianças na cidade. Três entidades também compartilham essa história, com ênfase nos acontecimentos dentro das creches.

Para concluir, dois avanços importantes no atendimento em creches no município: o chamamento público, que possibilita a escolha das entidades responsáveis pela administração dos novos prédios municipais, explicado pela equipe de Supervisão de Ensino, e o Cadastro Municipal Unificado, um instrumento transparente de atendimento à demanda, contado pela atual secretária adjunta, Valéria Campolino.

Esta é uma edição especial com 80 páginas sobre a participação social na gestão pública. Vale a pena conferir cada texto sobre este tema que, embora seja uma experiência recente para os cidadãos brasileiros, demonstra que os avanços acontecem quando todos participam ativamente das decisões, desde a escola de seu filho às políticas públicas municipais e nas demais esferas. Mais que uma publicação, esta edição da *Educando em Mogi* é um convite para uma gestão democrática.

Participe!



6 Juntos!

12 Participação Social e Conselhos
na gestão pública

20 A prática do Conselho
Municipal de Educação

24 CAE: a comunidade zelando
pela qualidade da merenda escolar

26 Controle social do FUNDEB

31 Conselhos Escolares:
democracia em avanço

36 Movimentos Sociais:
conhecendo sua história

42 Inclusão social e fortalecimento
dos Conselhos Escolares

46 Conselhos Escolares: das lutas pela redemocratização
à emergência da Sociedade do Conhecimento

50 Conselho Escolar:
o desafio da gestão participativa

54 O trabalho com a comunidade
estreitando laços com a escola

56 Gestão democrática escolar na prática

58 Concepção educativa de creche

63 Creches conveniadas: a história de
um mutirão de responsabilidade social

74 CEIC Raio de Luz,
uma das pioneiras

76 Um caminho feliz
em benefício da comunidade

77 CEIC Santa Clara: parceria escola,
comunidade e poder público

78 Chamamento Público
para o atendimento em creches

80 Cadastro Municipal Unificado: transparência e
credibilidade no atendimento de crianças em creches

Juntos!



Rose Roggero

Desde que tomamos a decisão de aceitar e de que tomamos posse, em janeiro de 2013, nesta nova gestão, temos tido contato com muitos aspectos do desenvolvimento da cidade, sobretudo no âmbito da educação sob responsabilidade do município, que atende crianças dos 4 meses aos 11 anos de idade, aproximadamente; da creche ao final dos 5 anos iniciais do ensino fundamental.

Temos tido contato com as variadas realidades da cidade, com as situações de vulnerabilidade e risco, mas também com potencialidades que parecem ainda pouco conhecidas dos e pelos mogianos e, até mesmo, pouco conhecidas dos e pelos educadores mogianos da própria rede municipal, embora vivam cotidianamente essas realidades. Essa é a vantagem do olhar que, sendo de dentro, vem de fora.

Dentre os elementos que mais têm nos chamado a atenção está a participação popular, por meio dos movimentos sociais. Daí nossa proposta para o primeiro número da revista Educando em Mogi, como um marco inicial de nossa gestão.

Propomos que a revista passe a ter um caráter temático e com um foco mais voltado à formação do que vinha tendo até então.

E aqui está o primeiro número em busca desse perfil em construção.

Essa ideia se fundamenta no fato de que a rede municipal de ensino tem se expandido muito nos últimos anos e essa rápida expansão, sobretudo no atendimento em tempo integral, representa ganhos significativos e exige consolidação do trabalho feito até aqui, além da expansão que passou a ser exigida pela própria comunidade, em razão da qualidade que esse serviço público tem alcançado. Nesse processo de consolidação, enfatizamos três valores, que entendemos fundamentais: a **subjetividade**, a **diversidade** e a **sustentabilidade**.

Quando pensamos em **subjetividade**, o foco está nos atores do processo educativo: as crianças e suas comunidades, as equipes gestoras, professores e demais profissionais da escola, cada qual sujeito de direitos e deveres no âmbito do trabalho, da aprendizagem e do convívio social, para uma cidadania ativa que contribui para o desenvolvimento social e econômico.

Quando pensamos em **diversidade**, nos referimos a um conceito que carrega em si uma generosidade sobre a qual é mais fácil falar que vivenciar, no cotidiano. Defender o respeito à diferença é sempre mais fácil quando se trata da nossa própria em relação aos outros, mas quando se refere ao respeito às diferenças dos outros, outras questões se colocam e nada mais se mostra tão simples.



Quando pensamos em **sustentabilidade**, a questão está no tripé que este conceito abrange nas dimensões ambiental, econômica e social; na articulação exigida para as políticas públicas estrategicamente organizadas com base em diagnósticos cada vez mais precisos, não apenas de necessidades, mas de potencialidades humanas, sociais e culturais.

Os três valores apontam para desafios que se colocam para as relações humanas, para os direitos e deveres da cidadania, pensada em escala local, mas na indissociável relação com o global.

Consolidar e fazer avançar políticas e práticas sociais na educação básica que considerem a subjetividade humana, a diversidade que constitui a sociedade e a sustentabilidade das propostas e práticas só nos parece possível por meio do exercício da empatia e do diálogo. Por isso, vemos a função mediadora da liderança educadora que acreditamos que uma secretária de educação deva exercer.

Trata-se de uma função mediadora porque as políticas públicas, no Brasil, neste início de século XXI, são muito mais articuladas entre as várias esferas de governo do que eram há alguns anos; porque, hoje, espera-se e busca-se a participação da sociedade, por meio de suas organizações civis para a legitimação das propostas e ações de governo.

Cada vez mais se exige que o trabalho de um seja o trabalho de todos. Cada vez mais, as lideranças necessárias são aquelas capazes de qualificar novos atores que participem dos processos sob sua responsabilidade.

É assim que nos vemos em Mogi das Cruzes, contando com a parceria da secretária adjunta, para essa empreitada, de toda equipe da Secretaria de Educação e de toda a rede municipal e subvencionada.

Com essa visão, este número da Educando em Mogi foi pensado e construído. É uma revista para adultos e sobre sua responsabilidade com as crianças.

O filósofo Richard Sennett, que escreveu um livro instigante: *Juntos, os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Nesse livro, o autor trata da cooperação como uma habilidade que “requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto”, para que a “cooperação social gere novas ideias sobre como as cidades podem ser mais bem feitas”.

Para desenvolver o conceito dessa cooperação social para além da ideia de troca em que ambas as partes de beneficiam, apontando-lhe os rituais e prazeres, Sennett se utiliza de duas metáforas: a infância e o ensaio.

Sobre a cooperação na primeira infância, o autor informa tratar-se de uma atividade que permite ao ser humano o desenvolvimento de várias habilidades, sobretudo mentais, possibilitando a ampliação de repertório comportamental, por meio da expectativa criada nas relações por afinidade e que vão se tornando cada vez mais complexas à medida que o círculo de relações do bebê também se amplia, estimulando-o a experimentar e conhecer coisas novas.

Já o ensaio, como base da atividade musical, exige o desenvolvimento da capacidade de ouvir bem.



E não apenas ouvir instrumentos e vozes homogêneos, mas ouvir a diferença e como se pode criar a harmonia na diferença.

No ensaio, muito trabalho coletivo precisa ser condensado em pouco tempo. O desafio da comunicação, não raro com estranhos, faz com que o ritual da cooperação expressiva funcione. E o ensaio é bem diferente do treino solitário da habilidade de tocar o instrumento, algo que também precisa de disciplina para o desenvolvimento da habilidade. O ensaio exige conhecer o coletivo. Integrar-se, mas sem perder a identidade.

Tanto na infância quanto nos ensaios de música, a cooperação faz a diferença entre o desenvolvimento e a estagnação; entre a harmonia e o caos. Assim é também na vida social e política. Estamos em busca de afinar nossos instrumentos de cooperação – a empatia e o diálogo – entre os atores do poder público e das organizações sociais, em busca de uma educação de qualidade social para todas as crianças.

Nas próximas páginas da Educando em Mogi, encontramos desde uma abordagem teórico-conceitual e descritiva a respeito de como tem se desenvolvido a participação social por meio dos conselhos municipais, nas palavras da renomada especialista Maria da Glória Marcondes Gohn, até outros olhares de acadêmicos da nossa região, como Leandro Bassini, Silvio César Silva e Douglas de Matteo.

Contamos, também, com artigos e entrevistas de profissionais da nossa rede, trazendo elementos normativos e a história de como a participação tem se construído no campo da educação

mogiana, desde os Conselhos Municipais – o de Educação, o do FUNDEB e o de Alimentação Escolar – até os conselhos de escola e as organizações sociais que participam da educação infantil, por meio das creches.

Contamos, ainda, com depoimentos de atores da sociedade civil que ocupam seu espaço nesses conselhos e organizações. Estamos todos, de várias formas, comprometidos com a construção de uma gestão democrática da educação e convidamos você a estar cada vez mais comprometido e comprometida, também.

Não temos dúvida de que a gestão dos serviços sociais deve ser mesmo democrática e, como tal, construída no diálogo e na negociação, lidando com os conflitos das diferentes visões e posicionamentos, não em busca de uma harmonia forçada, mas em busca de uma capacidade de dialogar e negociar pautada em critérios de sustentabilidade e indicadores de equidade.

Que sejamos – juntos – capazes de fazê-lo!

Boa leitura!

Rose Roggero
Secretária de Educação

Participação Social e Conselhos na gestão pública

A temática da participação de representantes da sociedade civil em conselhos, na gestão de políticas públicas, pode ser tratada de diferentes formas e pontos de vista. Iniciarei com uma breve retrospectiva sobre a importância da participação social nas políticas públicas na atualidade. Posteriormente, abordarei a participação civil na esfera pública, em estruturas institucionalizadas, em suas formas e fases. O artigo concluir-se com reflexões sobre os dilemas da participação.

Maria da Glória Gohn

Pateman (1992), em seu livro *Participação e teoria democrática*, chama a atenção para o fato de que a participação gera atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões. Destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Os defensores da democracia participativa inovam com sua ênfase na ampliação dos espaços de atuação dos indivíduos para além da escolha dos governantes e ao destacar o caráter pedagógico da participação, pois essa tem uma função educativa e os indivíduos são afetados psicologicamente ao participarem do processo. A ideia é que a participação tende a aumentar na medida em que o indivíduo participa, porque ela se constitui num processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participem, mais tendam a participar. Em outras palavras, é participando que o indivíduo se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, que inclui o fato de tomar parte e ter parte no contexto onde estão inseridos. Ou seja: "quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo" (Pateman, 1992:61).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM ESFERAS PÚBLICAS

Desde logo é preciso registrar: a participação da sociedade civil na esfera pública via conselhos e outras formas institucionalizadas, não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com QUALIDADE e para todos. Essa participação deve ser ativa e considerar a experiência de cada cidadão que nela se insere e não tratá-los como corpos amorfos a serem enquadrados em estruturas prévias num modelo pragmatista/utilitarista. Dewey já dizia: "Só é experiência o que refletimos, o que aprendemos. O que se sedimenta na memória. É aquilo que vem alimentar o sonho, a utopia, a esperança, a ilusão".

No Brasil, a oferta dos serviços públicos, a partir dos anos 1990, foi flexibilizada e/ou desregulamentada, ficando o Estado como gestor e controlador dos recursos, transferindo várias responsabilidades para organizações da sociedade civil organizada, via programas de parcerias em projetos e programas sociais com as ONGs. Com isso essas entidades, que antes eram apenas apoios aos movimentos sociais populares, se fortaleceram. Os movimentos sociais tiveram que alterar suas práticas, serem mais propositivos, participando dos projetos das ONGs, e menos reivindicativos, assim como perderam em parte sua autonomia.

A QUESTÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Este processo aprofundou-se quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do Terceiro Setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população nas parcerias com o Estado.

Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos de inúmeros fundos públicos que foram criados) e por equipes de profissionais competentes previamente escolhidos, não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente da forma como os movimentos sociais atuavam até então. O Terceiro Setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, por projetos e com prazos determinados.

Este cenário resulta em inúmeras ações cidadãs, como as cooperativas de material reciclável no Brasil (o país é um dos campeões na reciclagem de latas, papel e papelão no mundo). Projetos sociais organizam cooperativas de recicladores e grandes eventos como o Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte.

A análise do novo cenário nos remete ao tema da institucionalização das práticas e organizações populares, na própria sociedade civil ou por meio de políticas públicas, a exemplo das conferências nacionais co-patrocinadas por órgãos públicos/estatais ou estruturas organizativas criadas no próprio corpo estatal, como os conselhos.

No Brasil, a temática da institucionalização não é nova, já no período do associativismo movimentalista de base, do final da década de 1970 e nos anos 1980, pautava-se esta questão. Mas a tônica era manter a organização fora de estruturas governamentais porque estas eram controladas pelo estado militar ou por políticas herdeiras da fase clientelística, do regime populista que existiu até 1964. A não institucionalização era uma forma de “estar de costas para o Estado”, mais como ato defensivo do que por fundamentos ideológicos ou filosóficos do comunitarismo/basismo ou algo parecido. Até porque demandava-se outras formas de atuação do Estado para democratizá-lo, demandava-se a participação popular nas estruturas estatais, o que foi parcialmente obtido via alguns canais inscritos na Carta Magna de 1988.

O tema da institucionalização na atualidade tem outra face. Podemos dividi-lo em dois momentos: o primeiro, nos anos de 1990, resulta de uma trajetória de luta para implementar as conquistas institucionais, destacando os conselhos gestores e outros espaços institucionais, como o OP - Orçamento Participativo. O segundo, a partir do ano 2000, aprofundou as formas

de gestão deliberativas, criou inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, como a participação via eletrônica e redesenhou o formato de construção de várias políticas sociais com a generalização do uso de conferências (um ciclo, que culmina com propostas para dar suporte, por exemplo, a um novo plano decenal ou a criação de um órgão que cuide de tema ainda não contemplado em sua especificidade, como a alimentação). Pontuaremos a seguir as principais características dos dois momentos.

Os conselhos foram inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. Estas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas em que atuam.

Os conselhos gestores inauguram novidades no campo da política porque eram diferentes dos conselhos predominantes até 1988, os conselhos comunitários, populares ou dos fóruns civis não-governamentais porque estes eram compostos exclusi-

vamente por representantes da sociedade civil, cujo poder residia na força da mobilização e da pressão, e não possuíam assento institucional junto ao Poder Público. Os conselhos gestores são diferentes também dos conselhos de “notáveis”, que já existiam nas esferas públicas no passado, compostos exclusivamente por especialistas, atuando em áreas temáticas, a exemplo do Conselho de Educação e outros.

Os conselhos gestores, no início, foram aclamados como novos instrumentos de expressão, representação e participação porque, em tese, eles são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, avalia-se que eles podem imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e de tomada de decisões. Com os conselhos, gerou-se uma nova institucionalidade pública, pois eles criaram uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, viabilizando a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitando à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas, tendo a possibilidade de exercer controle social sobre o Estado.

Com o passar do tempo, inúmeras avaliações já foram feitas sobre os conselhos e as otimismo expectativas iniciais não se confirmaram. Em um grande número de casos, eles se tornaram órgãos burocratizados com participação de cidadãos já

incluídos socialmente por escolaridade e outros, presos a redes neoclientelistas. A almejada participação popular ainda não teria sido conquistada. Portanto, está na hora de repensar os conselhos para que atinjam seus objetivos.

A legislação em vigor no Brasil preconiza, desde 1996, que, para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar seus conselhos. Isso explica porque a maioria dos conselhos municipais surgiu após esta data. Nos municípios, as áreas básicas dos conselhos gestores, entre outros, são: educação, assistência social, saúde, habitação, crianças e adolescentes, idosos. Na esfera municipal, eles devem ter caráter deliberativo, mas muitos reduzem-se ao papel consultivo. Quando isso ocorre, a participação é restrita, há um esvaziamento da responsabilidade pública, um apelo à moral conservadora, tradicional, remetendo as ações ao campo das políticas sociais compensatórias, do burocratismo e até mesmo do velho clientelismo. Os direitos se transformam em benefícios concedidos. A inovação advém, na maioria das vezes, das novas práticas geradas pela sociedade civil. De fato são inúmeras as novas práticas sociais expressas em novos formatos institucionais da participação, tais como as redes, os fóruns e as parcerias.

Os fóruns são frutos das redes tecidas nos anos 70/80 e eles possibilitaram aos grupos organizados olharem para além da dimensão do local. Eles têm abrangência nacional e são fontes de referências e comparações para os próprios participantes. As novas práticas constituem um novo tecido social denso e diversificado que tencionam as velhas formas de fazer política e criam novas possibilidades concretas para o futuro, em termos de alternativas democráticas.

O SEGUNDO MOMENTO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A primeira década de 2000 é o segundo momento na configuração atual da questão da institucionalização. Progressivamente, a nova conjuntura econômica configurou uma nova correlação de forças nas políticas do governo e seus projetos político-culturais para a sociedade. O novo século trouxe inovações no campo do associativismo brasileiro, como ações coletivas impulsionadas por mobilizações que são articuladas a partir de políticas públicas, ou parcerias entre a comunidade “organizada”, ONGs, fundações, etc. e setores do poder público. Na atualidade, não se trata apenas de construir ou implementar os canais institucionais, trata-se da gestão dos mesmos. Várias inovações democráticas foram implementadas para realizar as mediações necessárias entre o cidadão e o governo, incorporando o uso das novas tecnologias (Smith, 2009). Muitas delas foram acopladas a estruturas já existentes, a exemplo da implantação das consultas, votações e manifestações on line. Registre-se ainda a constituição de novos movimentos sociais, criados a partir da conjuntura atual, articulados com ONGs, voltados para questões relativas à democratização do Estado ou das políticas públicas, a exemplo do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE no Brasil. Projetos sociais passam a ter centralidade na forma de organização da população por diferentes agentes mediadores, da sociedade civil ou política.



Novos tempos, novas identidades são criadas ou impulsionadas. O campo do social passou a ser dominado por comunidades organizadas em projetos sociais com crianças, jovens, adolescentes, mulheres; cooperativas de todos os tipos de produtos e serviços, todos atuando segundo a lógica do desenvolvimento sustentável, nos marcos de uma nova economia social que tem como suposto a criação de "capital social" para a solução dos problemas sócio-econômicos.

Deve-se acrescentar neste cenário, as inúmeras ações e redes cidadãs que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controle das políticas públicas, atuando em Fóruns, conselhos, câmaras, consórcios, etc. em escala local, regional e nacional. Os novos ativistas destas redes conectam-se via internet e, usualmente, seus compromissos principais são com as ONGs ou entidades que os suportam. Redes de voluntariado também existem, principalmente no campo da assistência e prestação de serviços aos mais pobres.

As formas institucionalizadas, do tipo conselho ou câmara de representação atuando junto a órgãos públicos, aumentaram significativamente em número e temáticas. No campo da alimentação, por exemplo, foi criado o CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Este conselho, juntamente com o Conselho do Idoso e o das Crianças e Adolescentes tem exercido vigilância na questão do repasse dos recursos orçamentários de seus órgãos, conforme determina a Constituição. Nos Estados da Federação criaram-se Defensorias Públicas, previstas na Constituição de 1988, para atender jurídica e processualmente a parcela da população sem condições de contratar um advogado, garantindo-lhes o acesso à justiça. Em suma, na atualidade temos avanços democráticos, que contam com o suporte governamental via políticas públicas, mas os resultados são contraditórios - de um lado as demandas sociais são postas como direitos (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã via ações cidadãs e novos direitos assegurados por novas políticas públicas. De outro, poderá haver perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais.

OS DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO

A gestão compartilhada em suas diferentes formas de conselhos, colegiados etc, precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria e não de “grupos lobbistas”. Um coletivo que desenvolva saberes não apenas normativos (legislações, como aplicar verbas, etc), mas que discuta e participe também de outras importantes questões, tais como: o papel dos fundos públicos no campo de disputa política e a necessidade de novas políticas na gestão desses fundos públicos. É preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam valores - aqui entendidos como: participar de coletivos de pessoas que são diferentes, mas devem ter metas iguais (Vide Santos, 2006).

Vários setores relativos às áreas sociais, a exemplo dos sistemas educacionais, estão cada vez mais descentralizados e abertos; estão assim não por dívida, mas por trabalho - fruto de demandas e pressões da sociedade civil, conquista dos movimentos sociais organizados. Mas o espaço apenas não basta, ele tem que ser qualificado; se não houver sentido de emancipação, com projetos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços ainda mais autoritários do que já eram quando centralizados.

Participar dos conselhos e colegiados é uma das urgências e necessidade imperiosa. Mas é uma preparação contínua, permanente, de ação e reflexão. Não basta um programa, um plano, ou um curso, ou conselho. Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade com o universal, é retomar as utopias e priorizar a participação na construção de agendas que contemplem projetos emancipatórios, projetos que coloquem como prioridade a mudança social e qualifiquem seu sentido e significado. Mais do que nunca temos que rediscutir o que é um projeto político emancipatório, re-

tornar a reflexão sobre democracia como soberania popular, do povo e para o povo. Pautar o debate sobre a soberania da comunidade significa dizer não à inclusão excludente, à modernização conservadora que busca resolver problemas econômicos utilizando-se de formas do assistencialismo, caridade, etc. Ao discutir a soberania da comunidade local e de um povo, estaremos fornecendo pistas para analisar a metamorfose que atualmente se opera nos discursos sobre a realidade brasileira, tão fragmentada, mas ao mesmo tempo, tão cheia de esperança no sentido de mudanças qualitativas. Temos que politizar áreas do social, como a assistência e a educação – no sentido de inseri-las de fato como prioridade política nacional e não apenas discurso estratégico de plataformas eleitorais; e com elas, os seus conselhos.

Há necessidade de se atingir a mídia, para que a educação ganhe legitimidade junto à sociedade. Afinal, os conselhos e colegiados são partes de uma gestão compartilhada e governar é a oportunidade de construir espaços de liberdade, desenvolver a igualdade e, em suma: construir o projeto da emancipação com sentidos e significados, com marcos referenciais substantivos e não participar de cenários armados estrategicamente. Reiteramos - a participação da sociedade civil na esfera pública via conselhos e outras formas institucionalizadas, não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar assistência, educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade e para todos, em direção a um projeto de emancipação dos excluídos.

CONCLUSÕES

A participação popular nos conselhos deve ser para fiscalizar e co-gestionar as políticas, exercendo um controle social democrático. Por isso, a importância do caráter deliberativo dos diferentes tipos de conselhos. É preciso entender o que é uma esfera pública de gestão compartilhada. Os conselhos devem ser dotados de diferentes tipos de recursos, não se diferenciar os conselhos gestores das áreas sociais, dos conselhos de direitos (culturais e outros), assim como os conselheiros devem ser eleitos por períodos determinados e terem cursos de formação e não sessões ou oficinas de informações.

São espaços políticos, de surgimento, visibilidade e clarificação dos cidadãos. Organizados, atuam como atores políticos, interagem com os poderes constituídos. Não são meros usuários. Têm direito à fala e não só o de ouvir. É uma interlocução pública, que se supõe transparente. Pressupõe-se também que sejam qualificados. Têm que ter legitimidade e autoridade moral na representatividade. As competências e atribuições dos conselhos devem ser claras. Deve-se ter também instrumentos jurídicos de apoio para implementar, assim como para fiscalizar, o cumprimento de suas decisões.

Maria da Glória Gohn é professora titular - FE/UNICAMP/UNINOVE/CNPq

Referências bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 4ª Ed. S.Paulo, Cortez Ed, 2011
- _____. O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008
- _____. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Loyola. 2012
- _____. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 5ªª ed. Petrópolis, Vozes, 2013
- _____. Educação Não Formal e ao Educador Social. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2013
- _____. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 10ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2012
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003
- PATEMAN, C. 1992. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- SANTOS, Boaventura de S. SANTOS, . A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006
- SMITH, Graham. Democratic innovations-Designing institutions for citizen participation. Cambridge, Cambridge Un.Press, 2009
- TOURAINE, Alain. Um Novo paradigma – Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006

A prática do Conselho Municipal de Educação

Ivan Melo

O artigo, aqui apresentado, tem como finalidade potencializar a Gestão Participativa desenvolvida pela Secretaria da Educação, sistematizar informações sobre o Conselho Municipal de Educação - CME de Mogi das Cruzes e socializá-las com vista à divulgação e ampliação acerca dele, tornar esse conhecimento o embrião para a construção de indicadores que venham a contribuir com a efetivação de processos avaliativos, qualitativos e/ou quantitativos da esfera pública.

Pretendo, com isso, contribuir para o fortalecimento e para consolidação do CME como instância democrática, participativa, em que novas formas de relação entre Estado e sociedade civil se estabeleçam configurando, dessa maneira, o processo de gestão pública.

O CME, assim como os demais Conselhos Municipais, foi preceituado pela Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 205, 206 incisos I a VIII e 208 incisos I a VII, parágrafos 1º, 2º e 3º estabelece a criação do principal documento diretor em que consta como se dará essa gestão pública de educação com a sociedade: o Plano Municipal de Educação - PME, documen-

to que visa contemplar os anseios da sociedade. É um instrumento de planejamento, visando às diretrizes previstas nos objetivos educacionais. O PME também tem como objetivos “proporcionar educação com qualidade e responsabilidade social, diminuindo as desigualdades sociais e culturais, erradicando o analfabetismo, ampliar o nível de escolaridade da população e propiciar a qualificação profissional para o trabalho”.

É preciso dizer que de acordo com a Lei nº 9.143, de março de 1995, em seu artigo 40, inciso II é de responsabilidade do CME “colaborar com o Poder Público Municipal na formulação e na elaboração do Plano Municipal de Educação”. A Lei Municipal nº 6.597, de outubro de 2011, em seu artigo 3º, inciso II, alínea b, determina que o CME deve “subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação”.

A gestão pública clamava por reformas específicas, mas, sobretudo, por uma reforma participativa que compartilhasse as decisões políticas com a sociedade, ou seja, um modelo de gestão pública descentralizada e participativa. Como já citei anteriormente, a Constituição de 1988 foi

o marco formal desse momento histórico de reavaliação dos papéis do Estado e da sociedade civil, que abriu caminho para a descentralização e para a participação social na gestão pública (CORTÊS, 2002). É quando, pela primeira vez, há um crescimento expressivo na formação de Conselhos em diversas áreas, com diferentes níveis de influência, variando desde conselhos somente consultivos até conselhos fiscalizadores, gestores e deliberativos (MATOS, 2007).

Apesar dos limites de atuação, admite-se que os Conselhos têm sido relevantes para a democracia participativa e para a política pública e que são fundamentais para o controle social (ABRAMOVAY, 2001; CORTÊS, 2002; MATOS, 2007).

O CME de Mogi das Cruzes foi criado com a Lei Municipal nº 5.990, de 17 de maio de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 6.075, de 05 de dezembro de 2007, que estabeleceu que este fosse composto por 21 membros titulares e igual número de suplentes com mandato de dois anos. A estrutura do CME é composta por representantes de várias áreas da comunidade, como: Escolas Particulares (jurisdicionadas aos siste-

mas Estadual e Municipal), Diretores de Escolas Municipais, Secretaria Municipal de Educação, Professores de Escolas Municipais, Diretoria de Ensino Estadual, Associação de Pais e Mestres, Associação de Amigos e Bairros, Entidades Filantrópicas, Polícia Civil, Polícia Militar, Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas, Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ensino Superior, Sesi e SENAI.

O registro formal de um Conselho não representa a garantia de sua efetividade sobre o ângulo de desenvolvimento de projetos, será necessário que seus membros sejam participativos, tornando as atividades desse Conselho relevantes e de interesse público. Para isso é necessário e obrigatório, o comparecimento dos seus membros às sessões ordinárias e extraordinárias.

O CME de Mogi das Cruzes, em sua administração, conta com uma Presidência, Câmara, Secretaria Geral e Assessoria Jurídica com competências plenamente definidas. É de competência deste conselho, de acordo com o Regimento

Interno: fixar diretrizes para organização do Sistema Municipal de Ensino a partir da legislação vigente sobre a matéria, propor normas para aplicação dos recursos públicos em educação no Município, propor medidas ao poder Público no que tange ao cumprimento e aperfeiçoamento da execução de suas responsabilidades em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda, transporte escolar e outros), pronunciar-se no tocante à instalação e ao funcionamento de estabelecimento de ensino de Educação Básica situados no Município, estabelecer formas de divulgação de sua atuação e elaborar e alterar o seu Regimento Interno.

Por fim, entendo que o CME tem grande capacidade de tornar-se um espaço de participação ampliada na gestão de políticas educacionais, agregando atribuições e competências amplas e incorporando os atores sociais que dele queiram participar. A expectativa é que cada vez mais este conselho se torne um campo de representação e negociação cooperativa, voltada para tão somente o autointeresse da comunidade.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES EM 2013

20 de fevereiro	10 de julho
13 de março	14 de agosto
10 de abril	11 de setembro
15 de maio	9 de outubro
12 de junho	13 de novembro

Horário: sempre às 8 horas
Local: Sala do Conselho - Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

A sede do Conselho Municipal de Educação de Mogi das Cruzes fica no 3º andar do prédio sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Mais informações pelo telefone (11) 4798-5194 ou pelo e-mail: conselho.sme@pmmc.com.br.

Ivan Melo é Mestre em Semiótica, Tecnologia da Informação. Autor do livro "Empreendedorismo para a Sala de Aula". Membro da Academia Mogi-cruzense de Letras, Ciências e Artes Maçônicas. Atualmente, é Presidente do Conselho Municipal de Educação de Mogi das Cruzes.

Referências bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n. 43, p.121-40, 2001.

CORTES, S. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. Sociologias. Porto Alegre: n. 7, jan-jun de 2002, p. 18-49.

MATOS, D. Os conselhos municipais no contexto do federalismo brasileiro sob a perspectiva da pesquisa de informações básicas municipais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - GESTÃO 2013/2014

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES
Secretaria de Educação	Titular: Lilian Gonçalves - Secretária Suplente: Heliana Barbosa Correa Titular: Bernadete Tedeschi Vitta Ribeiro Suplente: Lucy Ribeiro da Silva
Professores das Escolas Municipais	Titular: Ciomara Rodrigues Prado de Miranda Suplente: Maria Verônica da Silva Carvalho de Paula
Diretores das Escolas Municipais	Titular: Louise Mary Rodrigues G. Guedes Suplente: Heliana Pereira Pimentel Fernandes
Servidores das escolas municipais, não integrantes do quadro do Magistério	Titular: Alessandra Negrão Muller Suplente: Allan Granchamps Fernandes Vieira
Diretoria de Ensino de Mogi das Cruzes	Titular: Marta Cristina Terrone da Cunha Suplente: Rosaly Anan
Secretaria de Assuntos Jurídicos	Titular: Francisco Machado Pires Junior Suplente: Carlos José de Souza
Escolas Particulares Jurisdicionadas ao Sistema Estadual de Ensino	Titular: Ivan Muniz Mello - Presidente Suplente: Dagmar Waizer Katayama
Escolas Particulares Jurisdicionadas ao Sistema Municipal de Ensino	Em aberto
Associações de Pais e Mestres - APM	Titular: Edna Aparecida Santos Godoy Suplente: Sofia Ferreira de Araújo Souza Titular: Kátia do Nascimento Costa Santos Suplente: Benedita Souza Rodrigues Varjão
Associações de Amigos de Bairros	Titular: Giovani Mendes de Oliveira Junior Suplente: Célia Aparecida Pires
Entidades Filantrópicas na Área Educacional	Titular: Glória de Fátima Oliveira Suplente: Maria Célia de Oliveira Crivelenti
Polícia Civil da Seccional de Mogi das Cruzes	Titular: Darli Salete Alécio Suplente: Ariadne Terriaga Pinto
Polícia Militar do 17º Batalhão Policial Militar Metropolitano	Titular: Rodrigo Fernandes Dourado Suplente: Cecil de Faria Garcia
SESI/SENAI	Titular: Eliana Aparecida de Siqueira Barradas Suplente: Célia Aparecida de Matos Cabral
Conselho Tutelar	Titular: Ricardo Luiz de Oliveira Suplente: Sérgio de Oliveira
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	Titular: Lilian Aparecida de Oliveira Silva Ranieri Suplente: Alexandre Gomes Lima
Ensino Superior - Área da Educação	Titular: Niube Ruggero Suplente: Ivana Argoni Pinheiro

CAE: a comunidade zelando pela qualidade da merenda escolar

Bruno Rodrigues da Luz

Nós, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), fazemos parte de um órgão fiscalizador dos recursos federais destinados à merenda com autonomia administrativa, cujo objetivo é zelar pela qualidade dos produtos em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição. Para tanto, procuramos analisar as contas relativas ao programa de alimentação escolar, relatórios, extratos bancários, notas fiscais e etc.

No dia 4 de abril, iniciamos as visitas às unidades escolares, a fim de observar o armazenamento, o relacionamento dos Auxiliares de Desenvolvimento da Educação (ADEs) com os estudantes e funcionários, a segurança do local (cozinha) e o preparo e distribuição dos alimentos, analisando as práticas de higiene. Além disso, oferecemos orientações (quando necessárias) e, recebemos sugestões dos funcionários e alunos sobre a alimentação servida, bem como de outros membros da comunidade, com o intuito de transmitir maior confiança e credibilidade, pois quem frequenta as unidades são seus filhos e netos.

O CAE é também um órgão que dá voz à referida comunidade, pois seus membros são, geralmente, o corpo docente, funcionários e pais de alunos. Esta composição é que garante estarmos próximos da sociedade, já que os seus integrantes estão diretamente ligados às unidades escolares. Outro fator que nos aproximou ainda mais da sociedade foi a construção de uma página em uma rede social. O endereço é o mesmo do nosso email: cae.pmmc@yahoo.com.br. A página visa a informar a população sobre nosso trabalho e divulgar o que realizamos em nossos encontros, além de permitir que qualquer pessoa que tenha interesse por nossas ações possa deixar seus comentários ou críticas.

Também queremos construir um blog com muitas informações relacionadas ao Conselho, pois o CAE é uma ferramenta para melhorias. Quanto mais pessoas tiverem o conhecimento deste poderoso canal de comunicação, então teremos grandes chances de atingirmos o resultado esperado: manter a constante qualidade da merenda servida em nossa região, que tem tido uma excelente qualidade.

MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – GESTÃO 2013/2017

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES
Representantes do Poder Executivo	Titular: Mariângela Rossini de Oliveira Suplente: Cátia Moyano
Representantes de Pais e Alunos	Titular: Maria de Fátima Valada Titular: Alessandra Aparecida Pinto - Secretária Suplente: Amadeu Rodrigues da Silva Suplente: Marcela Rufino de Carvalho
Representantes da Sociedade Civil	Titular: José Audeci da Arruda Lins Titular: Rosemary Monteiro da Costa - Vice-presidente Suplente: Tânia Regina Carvalho Suplente: Célia Aparecida Pires
Representantes Docentes, Discentes e Servidores	Titular: Bruno Rodrigues da Luz - Presidente Titular: Nilsa Silva Barradas Suplente: Vera Lúcia de Farias Pinto Suplente: Sandra Cristina de Jesus Cantelli

Enfim, nosso Conselho, como já dito anteriormente, busca fiscalizar recursos destinados à merenda, zelar pela qualidade da mesma e, principalmente, aproximar a comunidade das nossas ações, bem como integrá-la a nossa equipe.

O CAE possui sala exclusiva no prédio do Departamento de Alimentação Escolar, localizado na Avenida Francisco Ferreira Lopes, 2020, em Brás Cubas. O telefone é (11) 4727-1250.

Bruno Rodrigues da Luz é Auxiliar de Desenvolvimento da Educação (ADE) e presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Trabalha na área de alimentação desde 1997, possui curso técnico em Cozinha com Ênfase em Gastronomia e atualmente está cursando Matemática na UNIP.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES EM 2013

18 de fevereiro	19 de agosto
18 de março	16 de setembro
15 de abril	21 de outubro
20 de maio	18 de novembro
17 de junho	16 de dezembro
15 de julho	Horário: sempre às 8h30 Local: Sede do Conselho

Controle Social do FUNDEB

O controle social é um direito do cidadão brasileiro conquistado na Constituição Federal de 1988. É o direito da participação da sociedade no acompanhamento e verificação da gestão dos recursos federais empregados nas políticas públicas. Vale salientar que controle social é um dos mecanismos mais importantes dos conselhos gestores de políticas públicas.

Mario Sergio Barbosa

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB), além de sua principal atribuição, prevista no caput do art. 24 da Lei nº 11.494/07, recebe outras funções nos § 9º e 13º do mesmo artigo e o parágrafo único do art. 27, como:

1. Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb (art. 24);
2. Supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos (art. 24 §9º);
3. Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE e Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (art. 24 §13º);
4. Analisar os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados relativos aos recursos repassados e recebidos à conta dos Fundos (art. 25);
5. Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. Sendo o parecer apresentado ao executivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas àquele Tribunal (art.27);

6. Reunir-se periodicamente, pelo menos uma vez por mês, para examinar os relatórios e demonstrativos elaborados pelo executivo sobre a aplicação dos recursos do Fundeb, solicitando, se necessário, cópias de avisos de créditos ou extratos da conta do Fundeb junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (Fundeb, Manual de Orientações, pág. 36);

7. Realizar visitas a obras, escolas e outras localidades onde estejam sendo realizados ou oferecidos serviços com a utilização dos recursos do Fundo, com o objetivo de verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos e a adequabilidade, finalidade e utilidade do bem ou serviço resultante dessa aplicação (Fundeb, Manual de Orientações, pág. 36);

8. Informar-se sobre todas as operações e transações financeiras realizadas com os recursos do Fundeb, especialmente em relação à destinação desses recursos, quando executados (Fundeb, Manual de Orientações, pág. 36);

9. Acompanhar a elaboração e o fiel cumprimento do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério (Fundeb, Manual de Orientações, pág. 36).

Assim, o Fundeb e as demais políticas públicas devem assegurar não somente o acesso, mas a melhoria da qualidade da educação básica.

Em sua composição, o CACS-Fundeb está assim constituído:

- dois representantes do Poder Executivo, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação;
- um representante dos Professores da educação básica pública;
- um representante dos Diretores das escolas básicas públicas;
- um representante dos Servidores das escolas básicas públicas, exceto profissionais do quadro do Magistério;
- dois representantes dos Pais dos alunos da educação básica pública;
- dois representantes dos Estudantes da educação básica pública, sendo um indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
- um representante do Conselho Municipal de Educação, indicado pelos seus pares;
- um representante do Conselho Tutelar, indicado pelos seus pares.

Sendo assim, temos 11 representações da sociedade civil e administração pública, não podendo estar composto este conselho com menos de 9 membros representantes.

Veja no quadro abaixo a evolução do percentual do Fundeb desde 2007. A partir de 2010, em cada Estado, o Fundeb passou a ser composto por 20% das seguintes receitas:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE.
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPIexp.
- Desoneração das Exportações (LC nº 87/96).
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD.
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
- Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural - ITR devida aos municípios.

Também compõem o Fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas. Ainda, no âmbito de cada Estado, onde a arrecadação não for suficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno ao ano, haverá o aporte de recursos federais, a título de complementação da União.

Receita / Ano	2007	2008	2009	2010 a 2020
FPE	16,66%	18,33%	20%	20%
FPM	16,66%	18,33%	20%	20%
ICMS	16,66%	18,33%	20%	20%
IPIexp.	16,66%	18,33%	20%	20%
Desoneração das Exportações	16,66%	18,33%	20%	20%
ITCMD	6,66%	13,33%	20%	20%
IPVA	6,66%	13,33%	20%	20%
ITR - Cota Municipal	6,66%	13,33%	20%	20%
Complementação da União	R\$ 2 bilhões	R\$ 3,2 bilhões	R\$ 5,1 bilhões	10% da contribuição de estados e municípios

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao)

Os recursos do Fundeb são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal.

A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal.

Ou seja, os municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, observada a seguinte escala de inclusão:

Etapa / modalidade de ensino	2007	2008	2009 a 2020
Ensino Fundamental Regular e Especial	100%	100%	100%
Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	33,33%	66,66%	100%

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao)

Em Mogi das Cruzes, o CACS-Fundeb é recente, foi instituído pela Lei Municipal nº 6.598 de 05 de outubro de 2011. Antes disso, era controlado pela Câmara de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, órgão pertencente ao Conselho Municipal de Educação. Em função da complexidade do controle e acompanhamento dos gastos do Fundeb, sentiu-se a necessidade do desmembramento do Conselho Municipal de Educação e a instituição do Conselho.

O CACS - FUNDEB não é uma unidade administrativa do governo, assim, sua ação deve ser independente, autônoma e sem nenhuma subordinação ao executivo, porém, deve ser harmônica com os órgãos da administração pública local. O CACS-Fundeb, antes de uma instância de fiscalização e controle, constitui-se mais como uma ferramenta a serviço do cidadão, mas também e não menos importante, a serviço da administração pública enquanto órgão que aponta falhas, erros ou equívocos no intuito de orientar e corrigir condutas e assim, contribuir para a gestão pública dos recursos.

Sendo constatadas irregularidades, o Conselho formaliza pedido de providência ao governo responsável, de modo a permitir que, no âmbito do próprio poder executivo responsável, os problemas sejam sanados; na sequência, se necessário, deve procurar a Câmara Municipal, Ministério Público ou Tribunal de Contas (Estado/Município ou da União).

A sede do CACS-Fundeb de Mogi das Cruzes fica no 3º andar do prédio sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Mais informações pelo telefone (11) 4798-5194 ou pelo e-mail cacs.fundeb.mogi@pmmc.com.br.

Mario Sérgio Barbosa é orientador de Informática da EM Prof. Rodolpho Mehlmann e Presidente do CACS-FUNDEB de Mogi das Cruzes.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES EM 2013

27 de fevereiro	27 de março	24 de abril	29 de maio	26 de junho
31 de julho	28 de agosto	25 de setembro	30 de outubro	27 de novembro

Horário: sempre às 8 horas
Local: Sala do Conselho - Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – GESTÃO 2012/2014

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES
Representantes de Escolas Públicas, exceto profissionais do quadro do Magistério	Titular: Mário Sérgio Barbosa - Presidente Suplente: Alex Augusto da Silva
Representantes do Poder Executivo	Titular: Maria de Fátima R. Vicentino (SMF) Suplente: Elaine Berloff Martins (SMF) Titular: Arlete Sakai Beono (SME) Suplente: Ofélia Aparecida da Costa Fernandes (SME)
Professores das Escolas Públicas	Titular: Ciomara Rodrigues Prado de Miranda - Secretária Suplente: Andrea Carvalho
Diretores das Escolas Públicas	Titular: Ana Lúcia Alves Pinto Suplente: Aliane Pontes Rodrigues
Representantes de pais e alunos da Educação Pública	Titular: Anália Regina Khorouzian Ribeiro Suplente: Antonio Junior de Barros Titular: Marcela Rufino de Camargo Suplente: Rosemary Tie Usumoto Niyiama
Estudantes da Educação Básica Pública	Titular: Daniel Felipe da Silva (EE Francisco Ferreira Lopes) Suplente: Rosana Palácio Aranda (EE Ver. Narciso Yague Guimarães)
Conselho Municipal de Educação	Titular: Louise Mary Rodrigues G. Guedes Suplente: Célia Aparecida Pires
Conselho Tutelar	Titular: Ricardo Luiz de Oliveira Suplente: Sergio de Souza Oliveira

Conselhos escolares:
democracia
em avanço

Fomentar a participação da comunidade e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas são, hoje, peças essenciais nos discursos de qualquer política pública. Abordarei a participação da comunidade mogiana em estruturas institucionalizadas a partir de um histórico da participação social na gestão pública nacional.

O ideal está posto, a sociedade reclama seus direitos, a educação está em meio a grandes transformações e as circunstâncias as fazemos nós, agentes educacionais, intelectuais e pensadores historicamente comprometidos com um projeto emancipatório, transformador.
(VEIGA, 2003)

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

Serly Garcia

Nos últimos 20 anos, a Educação tem sofrido uma injeção de democracia que teve seu início com o Manifesto dos Pioneiros em 1932. As discussões sobre a descentralização já apontavam caminhos para municipalização do ensino nos municípios desde 1937 e Anísio Teixeira (1900- 1971) foi o protagonista dessas discussões para os novos rumos da educação brasileira. Bordignon (2009) em seu livro *Gestão da Educação no município: sistema, conselho e plano* afirma que a descentralização do ensino, por meio dos sistemas articulados na concepção dos pioneiros, não significava mera transferência de responsabilidades e nem poderíamos pensar assim, mas significava, sim, muito mais um compartilhar de poder e responsabilidades em prol de um ensino de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/96) em seu art. 9º, inciso I, estabelece o regime de colaboração (trabalho conjunto entre os municípios, estados e a união). Este termo dá significado e responsabilidade à autonomia dos municípios, o que é um compromisso com a educação.

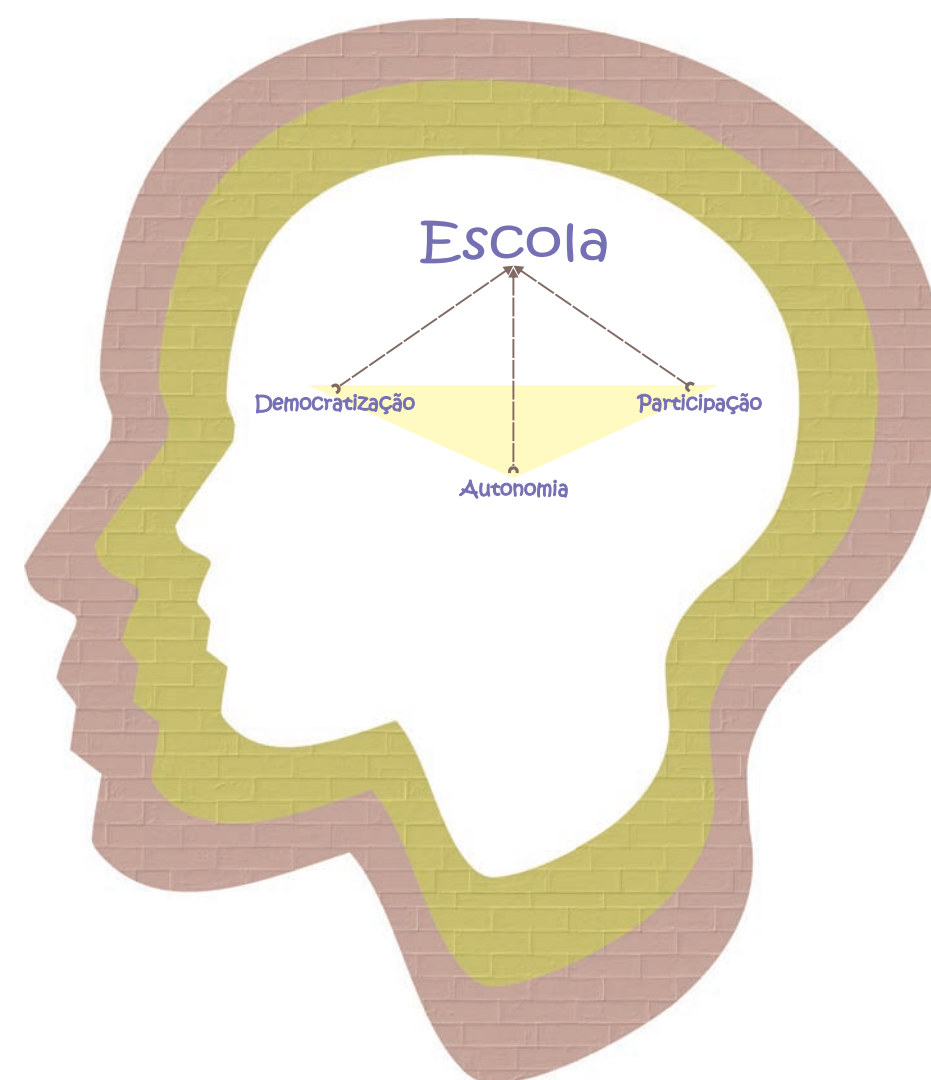
Organizar a educação do Brasil em um sistema nacional articulado torna efetivo o regime de colaboração e cria um novo referencial no exercício do poder dos municípios e escolas. Os sistemas foram criados para garantir uma série de normas constitucionais.

A LDB, o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e as Diretrizes Curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE mostram sua existência e sua ordenação.

Partindo do pressuposto de que sozinhos não faríamos muita coisa, temos então uma organização descentralizada e orientada, fundamentando objetivos e metas comuns, unificados ao projeto nacional, seguindo em busca de uma educação de qualidade.

Sob esse aspecto, os Conselhos Escolares (CE) são verdadeiros exercícios de cidadania, interfaces geradoras de escolas cidadãs. Os conselhos auxiliam na construção do Projeto Político-Pedagógico de cada unidade e na participação e democratização no sistema público de ensino. Em Mogi das Cruzes, a criação dos conselhos de escola, contemplada na Lei Municipal nº 5.507/03, representa parte do processo de cidadania.

“Democratização” supõe “participação” e esta, por sua vez, supõe “autonomia. Sobre esse tripé ergue-se o edifício da escola que idealizamos e que, nas dobras do cotidiano, procuramos constituir por sobre práticas institucionais que recebemos por herança, como também novas práticas que nos movem. Da mesma forma, podemos afirmar que esses três conceitos provocam as mais resistentes barreiras a uma escola de qualidade para todos.
(SACRISTÁN, 1999)



Conselhos Escolares só são eficazes num conjunto de medidas políticas que visem à participação das decisões.
(GADOTTI, 1995: 49)

O CAMINHAR SE FAZ CAMINHANDO

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, o qual revela o princípio da gestão democrática. Uma forma prática do exercício pleno do respeito às diferenças e às relações sociais no processo educativo, que oportuniza aos Conselhos Escolares o acompanhamento e o auxílio da tão sonhada melhoria da qualidade da educação.

Entendemos que só é possível colaborar quando temos o conhecimento e esta é a oportunidade de participação coletiva que dá sentido à educação emancipadora. Com essa mobilização, nossa cidade dá mais um exemplo de democracia e participação popular.

Os Conselhos Escolares mogianos trabalham com a participação de todos os envolvidos com a escola numa gestão compartilhada, transformando o processo de ensino-aprendizagem e as formas de avaliação em parte do processo e não somente em um resultado mecânico. Temos claro que o desempenho escolar não é um fim e, sim, um meio para o desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes.

Ainda temos muito a percorrer nesta trilha da democracia, mas temos dado vários passos na constituição, apoio e atuação dos Conselhos Escolares. Os critérios, formas e atitudes são construídos por cada unidade escolar, não perdendo de vista nosso maior propósito que são as crianças.

Em 2012, para fomentar discussões acerca dos Conselhos Escolares entre os gestores das unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação os convidou a formar um Grupo de Apoio ao Fortalecimento dos Conselhos Escolares de Mogi das Cruzes – GAFCE – Mogi das Cruzes. Todos os gestores pertencentes ao grupo participaram do curso de formação realizado na Ufscar (Universidade Federal de São Carlos) por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

As atividades desenvolvidas ao longo de 2012 culminaram no I Encontro de Conselheiros Escolares de Mogi das Cruzes, que contou com a participação de autoridades municipais, representantes do Ministério Público, Coordenadorias e Conselhos, gestores municipais e conselheiros escolares. Os convidados foram recepcionados por uma exposição de desenhos e textos que ilustravam a escola dos sonhos, sob a perspectiva da comunidade mogiana. Especialistas realizaram uma mesa redonda com o intuito de discutir sobre a importância, o funcionamento do colegiado Conselho Escolar, seus mecanismos de participação. O objetivo foi garantir a atuação da comunidade escolar nos processos decisórios, fortalecendo o envolvimento nas questões pedagógicas e administrativas para assegurar a qualidade do ensino dentro de uma visão democrática de educação.

Cabe reforçar que os Conselhos Escolares são organismos colegiados de forte influência na construção da autonomia das escolas e que ao se constituírem passam a configurar verdadeiros exercícios de democratização do espaço público e na construção de uma escola cidadã.

Em síntese, não se constrói uma escola pública de qualidade, democrática e com sustentabilidade em seus processos gerenciais, sem o fortalecimento dos mecanismos que viabilizam a participação de todos. O Conselho Escolar é um importante instrumento dessa construção.

Serly Garcia é responsável pela área de Relações Institucionais do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho. Como organizar um colegiado escolar. Instituto Paulo Freire: São Paulo; Cortez: São Paulo, 2002.
- ANTUNES, Ângela (Org.). Conselhos de escola: formação para e pela participação. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1990.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L4024.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001a. <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10172.htm>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004a. Seção 2, p. 7.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico. Brasília, DF, 2004b. (Caderno, 4).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação. Brasília, DF, 2006a. (Caderno, 6).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF, 2004c. (Caderno, 1).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e a aprendizagem na escola. Brasília, DF, 2004d. (Caderno, 2).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e a educação do campo. Brasília, DF, 2006b. (Caderno, 9).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília, DF, 2006c. (Caderno, 7).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social. Brasília, DF, 2006d. (Caderno, 10).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Brasília, DF, 2004e. (Caderno, 3).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e a valorização dos trabalhadores em educação. Brasília, DF, 2006e. (Caderno, 8).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília, DF, 2004f. (Caderno, 5).
- CONSELHO ESCOLAR: ALGUMAS CONCEPÇÕES E PROPOSTAS DE AÇÃO
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs). Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LUIZ, Maria Cecília; CONTI, Celso. Políticas públicas municipais: os conselhos escolares como instrumento de gestão democrática e formação da cidadania. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas, SP. Anais... Campinas, SP, 2007.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA: A Reconstrução Educacional no Brasil - Ao Povo e ao Governo. Rio de Janeiro, 1932
- PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

Movimentos Sociais: conhecendo sua história

Márcia A. M. Vianna

Pensando na história propriamente dita, a luta por direitos por meio de movimentos sociais no Brasil é recente, a volúpia e a constante movimentação popular vêm ao encontro da participação de sujeitos presentes na política nacional. Desde o Brasil colonial até os dias atuais, grupos discutem assuntos em busca de um ideal, passando pela história de vida e de conquistas de cidadãos nas mais diferentes sociedades existentes.

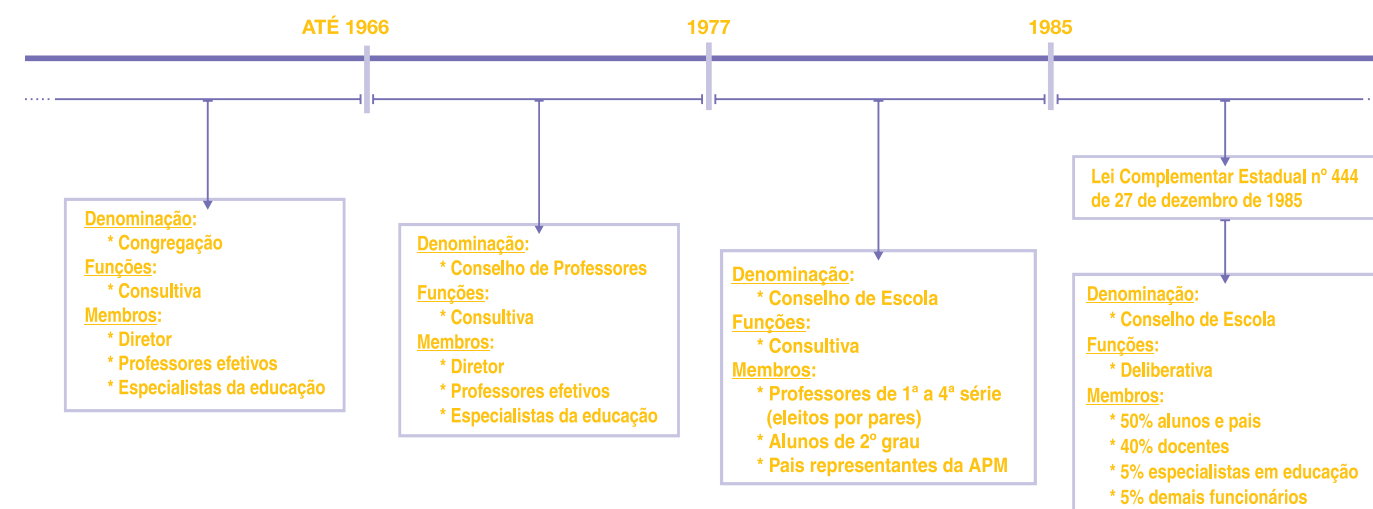
Na década de 80, conhecida como década perdida, os Movimentos Sociais surgem como manifestos, num contexto social em que se veem as conquistas como garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida. Com essa afirmação o exercício da cidadania ganha força, surgindo cada vez mais agrupamentos humanos, construção de identidades e autoestima, pessoal e social, em pessoas, até então marginalizadas, discriminadas ou oprimidas, percebendo claramente a ação e a reação da sociedade.

Criam-se, então, movimentos contra discriminação racial, sobre os direitos das mulheres, direitos humanos, aos portadores de necessidades especiais, de idosos, de indígenas, da criança, da juventude, entre outros. Nasce também grandes fóruns de discussão sobre as organizações não governamentais e Educação Popular, responsáveis por mudanças de valores e comportamentos na sociedade brasileira. Embora muitas vezes esses movimentos sejam invisíveis à sociedade, seus resultados atingem-na diretamente, consolidando a democracia participativa.

A questão do protagonismo dos movimentos sociais no Brasil, a partir dos anos 90, começa a perder visibilidade política no cenário urbano. A partir disso, destacam-se três momentos: de 1990 a 1995, 1995 a 2000 e do início deste novo século até os dias atuais, que diagnosticam uma crise dos movimentos sociais populares urbanos. Nos primeiros cinco anos dos anos 1990, houve uma redução de parte de seu poder de pressão direta que havia sido conquistado nos anos 1980. Nesse momento, o país saía de uma etapa de conquista dos direitos constitucionais, os quais necessitavam ser regulamentados.

“(…) Na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isso porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”
(GOHN, 2004)

EVOLUÇÃO DOS CONSELHOS NAS ESCOLAS



Fonte: LUIZ, Maria Cecília (Org). Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal, passou a implementar ou a aprofundar, em todos os níveis, as políticas neoliberais, as quais geraram desemprego, aumento da pobreza e da violência urbana e rural. (Gohn, 2005)

A Educação não ficou alheia a esse movimento. A democracia era o sonho, passando a ser defendida e posta como: acesso e permanência, escolha democrá-

tica dos dirigentes escolares e a gestão democrática com a participação dos Conselhos Escolares, fortalecendo os colegiados e tendo como princípios: a instituição do Estado Brasileiro como Estado democrático de direito e a garantia da supremacia da Lei sobre a vontade individual.

"(...) no exercício de sua autonomia, cada sistema de ensino há de implementar gestão democrática. Em nível de gestão de sistema na formação de Conselhos de Educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares da direção escola que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares".
(BRASIL, 2001)

"Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, tudo que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é assumir o país democraticamente".
(PAULO FREIRE)

PLANOS DE EDUCAÇÃO LDB - artigo 3º, inciso VIII Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de Ensino

■ Plano de Metas e Compromisso Todos Pela Educação – Decreto nº 6094/2007

Garante, que deve-se: fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso – Artigo 2, inciso XXV.

■ Plano Nacional de Educação: PNE 2011 a 2020

Capítulo V – Financiamento e Gestão – 11.3: 22. Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.

■ Plano Municipal de Educação de Mogi das Cruzes 2013/2014 – p.94

Consolidar a integração escola-comunidade para que a instituição de ensino firme-se como um espaço privilegiado de debates de questões sociais emergentes, que conduzam à conscientização da importância dos pais, alunos e comunidade, na construção de uma escola de qualidade para todos, que atenda as demandas de uma sociedade contemporânea;

Promover a efetiva participação dos pais e preparar a comunidade escolar para a autogestão pedagógica e administrativa da respectiva unidade de ensino, discutindo propostas e definindo como aplicar os recursos a fim de aperfeiçoar a estrutura e elevar a qualidade do atendimento prestado.

A Constituição de 1988 foi a primeira Carta Magna a introduzir a concepção de conselhos com a finalidade de garantir os direitos sociais para a realização plena da democracia no Brasil, excluindo o olhar centralizador das elites políticas, econômicas e sociais, prevendo que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e reafirmando no artigo 206, o princípio da gestão democrática como orientador do ensino público.

O processo de uma gestão democrática exige a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões políticas de caráter pedagógico.

COMEÇAM A SURTIR OS CONSELHOS

O termo conselho, derivado do latim *consilium*, apresenta vários sentidos: opinião, bom senso, sabedoria, prudência, grupo de pessoas, assessoramento, entre muitos. Aqui para nós, no sentido de prudência ou papel moral e de aprimoramento espiritual na realização da cidadania, conselhos são estruturas políticas (participação popular) com caráter consultivo, de assessoramento ou deliberativo.

Os conselhos escolares surgem em virtude da importância de que todos da comunidade escolar se conscientizem de seu papel social e relevância no processo educacional democrático, tendo como função zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos gestores escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino.

O conselho escolar é constituído por representantes de pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local – sociedade civil - e o gestor da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para a eleição dos membros do conselho.

Visando fomentar ações pontuais no sentido de incentivar a formação e a existência de colegiados e de fortalecê-los, lança-se em 2004 para todo o País, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação Básica – SEB do Ministério da Educação, o

“ O Conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico”.

(Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da Educação pública, p. 33,34-MEC, 2004)

“A gestão democrática é a concepção de administração de escola segundo a qual todos os envolvidos na vida escolar devem participar de sua gestão e que estabelece que toda ação ou decisão tomada referente à escola deve ser de conhecimento de todos”.

(Riscal, 2009, p.45)

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, contando com a participação de diferentes instituições para a sua concepção.

Mogi das Cruzes, com um sistema de ensino estruturado, criou, um ano antes, o Decreto nº 25 de junho de 2003, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Escolar das escolas municipais e, assim, iniciou sua participação nessa jornada, oferecendo aos gestores e técnicos a realização do curso e a presença em encontros para estudos e discussões sobre o tema.

Desde 2005, representantes da Secretaria Municipal de Educação passaram a participar das formações, encontros e seminários realizados pelo Programa Nacional do Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que tem como objetivos:

- ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- instituir, em regime de colaboração

com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares;

- estimular a integração entre os conselhos escolares;
- apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Com o desafio de tornar a escola um espaço de conquista de direitos e de transformação social do indivíduo, a Secretaria Municipal de Educação propôs, em 2012, encontros de formação de conselheiros escolares, promovendo reflexões, estudos e debates fundamentados nos materiais elaborados pelo Ministério da Educação (Cadernos Escolares).

Com uma tarefa eminentemente coletiva, gestores, professores, pais, alunos e representantes da comunidade local passaram de coadjuvantes a protagonistas do processo educacional e democrático.

Os encontros foram realizados em cinco dias, sendo um como abertura, três de formação e o último de encerramento, melhor dizendo, de um momento de reflexões e de lançamento de ideias, sugestões e duvi-

das; a fim de refletirmos sobre nossas práticas. Recebemos com muita lisonja, convidados como Professor Mestre Douglas de Matteu; Silvio Cesar Silva, Doutor em Ciências Sociais e o Professor Mestre Leandro Bassini, compondo a mesa redonda em que foram expostas questões relevantes e pertinentes às funções do Conselho Escolar por meio de vídeos, textos e relatos relacionados a políticas públicas democráticas e eficazes e a importância da participação social.

Mogi das Cruzes escreve sua história com ações indispensáveis, como o processo de democratização da gestão, considerando todos como sujeitos históricos e atuantes na prática social da educação escolar voltada para o exercício da cidadania, da democracia; possibilitando como missão principal, torná-los realmente cidadãos políticos e participativos, elemento essencial para a sua transformação.

Márcia Aparecida Melo Vianna é professora do ensino fundamental, formada em Pedagogia, com pós-graduação em Direito Educacional, Supervisão e Gestão Escolar e Planejamento Escolar. Atualmente é como gestora da Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino de Mogi das Cruzes.

Referências bibliográficas:

BARCELLI, J.C.; PAULA, L.M. de S. Organização e Funcionamento dos Conselhos Escolares do Estado de São Paulo. IN: Seminário Internacional de Gestão Educacional, Rio Claro – SP - 2011

BRITO, Paulo A.B. Movimentos populares; possibilidades e limites de um novo sujeito histórico. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PB: 1990.

Brasil. Ministério da Educação – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública/elaboração Genuíno Bordignon – Brasília: MEC, SEB,2004.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania/elaboração Ignez Pinto Navarro [et al.] – Brasília: MEC, SEB,2004.

Brasil. Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007: dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, (org) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 2ed. Rio de Janeiro: Vozes,2004

Mogi das Cruzes - Plano Municipal de Educação – 2013 – 2014

LUIZ, Maria Cecília (Org). Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010. 151 p.

RISCAL, Sandra Aparecida. Gestão democrática no cotidiano escolar: EdUfscar – 2009, p.45

<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/pdf/artigos/18.pdf>

http://www.ufscar.br/~pedagogia/novo/files/tcc/tcc_turma_2008/327778.pdf

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107

acessos em 08 abril.2013



Inclusão social e fortalecimento dos Conselhos Escolares

Leandro Bassini

Tanto no passado como no presente, inclusive em tempos de integração de espaço/tempo/cultura em função de processos vinculados à mundialização, conceito tomado de Chesnais (1996), o sentimento de pertencimento¹ de homens e mulheres à terra na qual vivem, projeta-os à arena de decisão e lutas sobre os destinos de seus “chãos”.

O pertencimento guarda na esfera do exercício do poder sua principal expressão. Um poder compartilhado, pois a ligação do ser humano à terra não traz a noção de propriedade privada, mas sim provento que garanta à sociedade sua própria sobrevivência e reprodução, portanto, uma relação social de produção que, em si, não é, em um primeiro momento, privatista e sim, coletivista, conforme nos mostrou Engels (2012).

No Brasil, o sentimento de pertencimento ao lugar em que se vive está diretamente ligado às relações de produção historicamente construídas, isto quer dizer, filho de relações marcadas pela desigualdade, privilégios, exclusão, violência e pelo patrimonialismo, contexto amplamente explorado por Faoro (2001).

As grandes cidades brasileiras apresentam-se como retratos privilegiados do “não pertencimento”, do fora de lugar, da exclusão: bairros distantes do local de trabalho que se caracterizam como dormitórios, bairros formados do dia para noite por movimentos populares de invasão, condomínios fechados, bairros construídos nas franjas da cidade e dos relevos inconstantes.

¹ O conceito de pertencimento está relacionado à ligação que o ser humano possui em relação ao lugar que vive tanto do ponto geográfico, quanto nos aspectos humanos, culturais e econômicos.



A construção do empoderamento² do cidadão ocorre na luta pelo reconhecimento de si, de sua condição de excluído e da luta por uma realidade diferente da vivida. É uma relação de pertencimento/empoderamento forjada nas lutas sociais, processo que não se esgotou com o fim dos governos militares, pois o controle/exclusão típico das relações sociais capitalistas de produção não se esgota na vitória da democracia.

A escola representa, muitas vezes, o único aparelho público presente nas comunidades, portanto, torna-se local dos primeiros núcleos de moradores mobilizados na luta pelo reconhecimento de sua própria condição de cidadão e de sua terra.

Muitos gestores temem que a escola se torne um aparelho de luta político-partidária e se fechem na causa da educação escolar, desalojando as discussões de qualquer outro caráter de seu âmbito.

² O conceito, cunhado por John Friedmann, empoderamento é utilizado nas Ciências Sociais para designar um movimento de tomada da direção e da gestão (tomar o poder para si) por grupos sociais.

O discurso recorrente é de que a escola não possui muros, ou seja, a escola não está desconectada da realidade que a cerca, porém a prática nos mostra que os gestores ainda não conseguem pensar o espaço escolar e seus diferentes fóruns, entre eles o Conselho Escolar como um espaço de empoderamento/conquista/pertencimento de uma comunidade sobre os meios e instituições que lhe dão sustentação e maior organização das lutas que devem ser travadas, seja no campo educacional ou político *stricto sensu*.

Evidentemente, a compreensão do fenômeno de empoderamento popular vivenciado pelos gestores e professores não é nada simples: as prioridades são diferentes, as visões de mundo nada parecidas, a própria linguagem e referências políticas e sociais muitas vezes irreconhecíveis.

O desafio de incentivo aos Conselhos Escolares participativos está ligado ao entendimento do papel da escola pública, da função dos Conselhos Escolares em comunidades nas quais seus membros vivem condições e situações as mais



diversas e até mesmo de exclusão em todos os sentidos. O espaço dos Conselhos foi e sempre será, antes de mais nada, lugar de aprendizado, lugar de ouvir e de ser ouvido, de aprender com o outro, de ensinar e aprender sem que haja papéis instituídos e definidos de professores e alunos - é lugar de diálogo.

Diálogo pautado pela reflexão sobre a educação, no entanto cravejada da realidade que a cerca pela voz da comunidade. O projeto político-pedagógico que possui em sua elaboração uma intervenção decisiva dos profissionais da educação (e deve ser assim mesmo), não consegue êxito se for desvinculado da essência do lugar em que se vive e das questões prementes levantadas pela comunidade.

O projeto político-pedagógico da escola possui vários laços ancorados no papel da escola e da educação para a gente do lugar.

Essa relação é justamente o elo entre o papel do Conselho em sua origem (várias experiências vêm ocorrendo ao longo da história, desde a antiguidade mais remota - no momento da constituição de grupos gregários e na origem dos Estados organizados) e dos Conselhos de cidadania contemporâneos: as lideranças locais, com sua sabedoria e ponderação, avaliando em quais aspectos

o papel de uma Instituição (no caso, a Escola e seu papel educativo) pode criar condições para que obstáculos e conflitos sejam superados em busca de um ideal ou condições ideais de vida.

Cabe aos gestores e profissionais da educação que compõem os Conselhos Escolares sentirem-se como membros efetivos e em uma situação de igualdade, porém com uma capacidade de contribuição enorme às discussões que surjam ao longo dos diálogos e discussões. Mas não são apenas esses os conselheiros, por isso, uma atitude a ser afastada é o sentimento professoral da autoridade baseada na formação acadêmica ou de posição social. Cury (2000) aponta que a história dos Conselhos no Brasil é repleta de situações em que o grupo de sábios se sobrepunha à massa de incultos e incapazes com a ideia de que a população ignorante e sem estudos precisava de tutores.

Neste sentido, desde a constituição dos órgãos coloniais, passando pelo Império e República até, pelo menos, a década de 1980, os Conselhos (de vários âmbitos e finalidades) possuíam o estigma de serem constituídos por um corpo técnico e douto capaz de orientar, quando chamados, diferentes instituições e esferas do poder público.

A Constituição de 1988 expressa que:

“... os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de Estado, expressão da sociedade organizada. Não se lhes atribui responsabilidade de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação do Estado na lógica da cidadania. São espaços de interface entre o Estado e a sociedade. Como órgãos de Estado, os conselhos exercem uma função mediadora entre governo e a sociedade”.
(BRASIL, 2004)

Os movimentos populares sempre existiram e, de uma forma ou de outra, suas lutas conduziram a seu reconhecimento e suas vozes começaram a compor o mosaico de possibilidades políticas reabertas com a queda do regime militar no país em 1985, com o entendimento de colaborar com a formulação e gestão das políticas públicas e que o Estado deve estar a serviço da coletividade.

Os Conselhos Escolares, em específico, instituem essa nova racionalidade do poder no âmbito local, traduzindo de uma forma direta o quanto o projeto da comunidade, enquanto construção de qualidade de vida para todos, se apoia, se sustenta ou se reforça por meio do projeto político-pedagógico da escola.

Compreende-se a dificuldade dos gestores e da equipe de profissionais da unidade escolar, que compõem o Conselho Escolar, no chamamento da comunidade para a efetiva participação. Porém, é necessário retornar ao início das discussões: as cidades se reinventam e se reconstróem o tempo todo, o que significa que o processo de exclusão e deslocamento de grande número de pessoas se dá continuamente. Os bairros, em geral, das periferias das cidades não se mostram acolhedores. Neste sentido, as escolas podem ser vistas mais como um bem público de exceção do que como dinamismo de construção de uma nova realidade local, ou seja, a relação de pertencimento e de empoderamento é subjugada pelo processo de exclusão.

A constituição de Conselhos Escolares participativos passa, necessariamente, pelo trabalho e extensões que a Escola realiza extra-muros, trazendo para discussão a constituição e o exercício da cidadania, ações de caráter inclusivo e acolhedor. Mais do que nunca, o fortalecimento dos Conselhos Escolares se dá pelo reconhecimento de si, do Eu cidadão e da identificação de um lugar e de uma gente a qual se pertence e se quer.

Leandro Bassini é Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo, vice-diretor da Faculdade Unida de Suzano - Unisuz e há mais de duas décadas dedica-se à formação de professores.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília:MEC/SEB, 2004.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. S.P.:Xamã Editora, 1996.
- CURY, Carlos R. Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.(org.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. S.P.:Cortez, 2000.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 4ª. ed.,S.P.:Centauro, 2012.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 3ª.ed., R.J.:Globo, 2001.
- PARO, Victor. Por dentro da escola pública. S.P.: Xamã Editora, 1996.

Conselhos Escolares:

das lutas pela redemocratização à emergência da Sociedade do Conhecimento

Silvio Cesar Silva

O pressuposto básico deste artigo é que as formas de organização e gestão das escolas públicas influenciam e são influenciadas pelas transformações sociais mais amplas. Neste sentido, os Conselhos Escolares serão aqui analisados desde a sua origem, nos movimentos sociais por democracia iniciados nos anos 1970, até a sua importante contribuição para a construção de uma escola pública baseada na gestão democrática colaborativa e na educação de qualidade em sintonia com a emergência da Sociedade do Conhecimento.

O papel dos Conselhos Escolares como uma estratégia de implementação da gestão democrática na escola pública ganha especial relevo em um momento em que vivemos a transição da Sociedade Industrial para um modelo societal que tem sido chamado de Sociedade do Conhecimento, denominação que revela não só a centralidade do conhecimento, mas, principalmente, a forma como este se produz, quando se combinam autonomia e colaboração.



AS ORIGENS DOS CONSELHOS ESCOLARES: AS LUTAS PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

No Brasil, no final da década de 1970 início da década de 1980, apesar da repressão dirigida contra as lutas populares pelo regime militar, o protesto popular urbano surgia em duas frentes principais: por meio dos movimentos grevistas e de uma renovação no movimento sindical, em especial a partir de 1978, por um lado; e, por outro lado, nos movimentos sociais que surgiram para lutar por condições mais dignas de vida nas cidades. Nesse período, com a retomada das eleições para governadores, começaram a surgir as primeiras experiências de gestão colegiadas nas instituições de educação básica nos estados de Minas Gerais e São Paulo, em 1977, no Distrito Federal, em 1979, e no município de Porto Alegre, no ano de 1985 (MENDONÇA, 2000, p. 269-273).

Durante os anos 1980, os movimentos sociais foram fortalecidos por uma ampla mobilização da sociedade civil que culminou na campanha por eleições diretas para presidente da república – as Diretas Já (1984-1985) – e na Constituinte de 1987/1988, que garantiu a participação direta da população na elaboração da Constituição por

meio da proposição das emendas populares. Foi dessa maneira que os movimentos associativos populares passaram a reclamar participação na gestão pública e “o desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil” (BRASIL: 2004, p. 180).

Na Constituição de 1988, esses conselhos gestores passaram a ser entendidos como uma nova categoria de participação cidadã, que tem como eixo a construção de uma sociedade democrática em que o Estado deve estar a serviço dos cidadãos. Em 1996, oito anos após a promulgação da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394) sugere o estabelecimento de Conselhos Escolares, compostos por representantes das comunidades escolar e local, como uma das principais estratégias da gestão democrática nas escolas públicas.

Qual a importância e a viabilidade dessa representação hoje, após todas as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira e global?



A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E OS CONSELHOS ESCOLARES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA COLABORATIVA

Hoje, a produção de riqueza, que na Sociedade Industrial estava centrada sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material (prédios e máquinas), está cada vez mais sendo substituída por um capital dito imaterial, qualificado também como ‘capital humano’, ‘capital conhecimento’ ou ‘capital inteligência’ (GORZ, 2005: 15). A esse processo convencionou-se chamar de Sociedade do Conhecimento.

A principal fonte de riqueza da Sociedade do Conhecimento é o saber. O saber é feito de “experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimentos e de combiná-los com os saberes” (GORZ, 2005: 17).

Em torno da expressão Sociedade do Conhecimento gravitam concepções teóricas, educacionais e políticas que, em comum, possuem dois pilares. Primeiro, atribuem ao conhecimento um papel central na produção de riqueza nas sociedades contemporâneas. Segundo, entendem que as Tecnologias da Informação e da Comunicação, organizadas em redes colaborativas, fornecem a infraestrutura necessária para a reprodução dessa sociedade.

O que há de mais promissor na Sociedade do Conhecimento para o Conselho Escolar é a possibilidade de estruturá-lo, usando as tecnologias da informação e da comunicação como uma rede de gestão democrática alicerçada sobre um processo de criação colaborativa que possibilita a todos os membros das comunidades escolar e local manifestarem-se, simultaneamente, como educandos e educadores, mestres e aprendizes, gestores e cidadãos.

Uma das principais dificuldades apontadas no IV Encontro Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar, realizado em Brasília, no período de 29 de maio a 1º de julho de 2012, foi garantir a participação da comunidade escolar no Conselho. A organização do Conselho Escolar em rede digital não eliminaria a necessidade dos encontros presenciais, mas minimizaria a sua importância ao ampliar a participação das pessoas das comunidades escolar e local por meio do acesso digital às propostas e participação nos processos de tomada de decisão, da ampliação dos debates nos fóruns virtuais e, o mais importante, mudaria o foco da participação para a colaboração.

O foco na colaboração é uma das características da Sociedade do Conhecimento, o que importa são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o en-

volvimento pessoal na tarefa de contribuir para construir uma educação de qualidade. O desempenho não depende do número de horas, mas da motivação e da colaboração. Pessoas que colaboram, “que se coordenam e se ajustam livremente umas às outras em projetos que definem juntas, terão tendência a individualmente se superarem” (GORZ, 2005: 60). Nesse sentido, o que conta são as capacidades expressivas e cooperativas e não a quantidade de horas.

Uma experiência interessante de utilização das tecnologias da informação e comunicação para organizar rede de pessoas dispostas a colaborar para a melhoria da qualidade da educação por meio gestão democrática das escolas públicas é a do Grupo Articulador de Fortalecimento do Conselho Escolar do Ministério da Educação. Esse Grupo utiliza o Moodle¹ para organizar uma comunidade virtual na qual os técnicos das Secretarias de Educação encontram-se para anunciar propostas, discutir ideias e trocar experiências para o fortalecimento dos Conselhos Escolares. Entre as virtuosidades do Moodle, cabe destacar a sua plasticidade e flexibilidade que permitem diferentes adaptações para satisfazer as múltiplas demandas de um Conselho Escolar, organizado como uma rede colaborativa de gestão democrática.

¹ O Moodle (acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é uma plataforma de aprendizagem a distância com a licença de software livre.

O grande desafio que se coloca para os Conselhos Escolares na Sociedade do Conhecimento é implementar uma gestão democrática que permita a melhoria da qualidade da educação e esteja assentada na participação colaborativa das comunidades escolar e local. As tecnologias da informação e da comunicação poderão ser grandes aliadas dos Conselhos Escolares na superação desse desafio.

Silvio Cesar Silva é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor da Pós-Graduação da UNISUZ e pesquisador do NETTT do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC/SEB, 2004.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

Conselho Escolar: o desafio da gestão participativa

Douglas de Matteu

Os gestores escolares enfrentam diversas demandas, sejam elas administrativas, legais, sociais, etc. Para atender este cenário, o desenvolvimento contínuo dos gestores torna-se cada vez mais necessário. Atualmente um dos grandes desafios é a implantação efetiva da gestão participativa por meio do Conselho Escolar.

Com o objetivo de contribuir com reflexões e sinalizar estratégias para implantação do Conselho Escolar e da gestão participativa, evidenciam-se referenciais teóricos acerca do tema e, principalmente, os aspectos da Programação Neurolinguística – PNL e do Coaching, no sentido de oferecer possibilidades, que podem fortalecer a atuação do gestor frente aos desafios desta implantação.

A relevância do Conselho Escolar pode ser justificada por diversas facetas, no sentido legal, temos a referência da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que estabelece a implantação da gestão democrática nas escolas públicas e promove as normas para que ela seja efetivada sobre dois pilares: “a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes e a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (MEC, 2004).



A legislação já evidencia a importância do Conselho Escolar, tal abordagem é ratificada também no contexto social e administrativo. “A administração é uma ciência social. Ela consiste basicamente em atingir os objetivos do negócio por meio das pessoas. Esse é o lado humano da administração: fazer acontecer as coisas pela ação das pessoas” (CHIAVENATO, 2008a, p.49). Esse é o desafio dos gestores empresariais e também dos gestores escolares.

Diante do exposto, é evidente a relevância legal, administrativa e social da implantação do conselho e da gestão participativa, porém o grande desafio é sair do aspecto conceitual e implantar o conselho. Transformar teoria em realidade, esse é o desafio. Como mobilizar os membros da comunidade? Como tornar o conselho efetivamente atuante e agregador de valor para escola e para gestão? Como vencer as resistências internas e

externas? O conselho da sua escola é participativo ou figurativo?

Frente a este contexto, iniciam nossas reflexões pautadas pelo Coaching e pela Programação Neurolinguística – PNL, enfatizando a implantação do conselho escolar.

O Coaching pode ser definido como um processo de desenvolvimento humano no qual convergem conhecimentos de diversas ciências, com o objetivo de levar o indivíduo a alcançar resultados positivos. Neste processo há o desenvolvimento de competências técnicas, emocionais, psicológicas e comportamentais (MATTEU, 2011).

Ser gestor escolar demanda ser um profissional interdisciplinar, que conheça questões educacionais, legais e administrativas. Mais que isso, que compreenda a psicologia, técnicas e saiba lidar com emoções e comportamentos.



Uma das mais poderosas ferramentas do Coaching são as “perguntas poderosas”, método que tem referência na Maiêutica Socrática, que procura a verdade dentro do ser humano. As perguntas podem promover profundas investigações dentro do seu eu (Self) e permitem uma reavaliação de crenças. Diante do exposto, surgem algumas perguntas poderosas como:

O quanto verdadeiramente você, gestor, acredita na relevância e aplicação do Conselho Escolar? Quantifique esse seu nível de crença entre zero a dez. Qual o número que traduz o seu pensamento e sentimento?

Agora imagine se esta mesma pergunta fosse realizada para sua equipe escolar, qual seria a resposta de cada indivíduo?

E se os pais e membros da sociedade tivessem que medir essa crença quantificando novamente e estabelecendo uma justificativa. Como seria?

Esta reflexão pode possibilitar a ampliação da visão e aumentar o nível de conscientização. A investigação pode tomar outro caminho, por exemplo: o que precisa acontecer para que o conselho seja implantado na sua escola? O que o impede de funcionar verdadeiramente em vez de forma figurativa? Quais são as opções que você tem e utiliza para mobilizar as pessoas a acreditarem e participarem do conselho?

Pensando nos conceitos de **Resultado**, **Acuidade** e **Flexibilidade** emprestados da PNL – Programação Neurolinguística, podemos relacioná-los à implantação do Conselho Escolar. Neste caso, o **Resultado** desejado seria um Conselho Escolar efetivo, para tanto é necessária a **Acuidade** que consiste em estar receptivo, alerta e vigilante para observar, ouvir e sentir o que acontece dentro da escola e na comunidade para estabelecer estratégias de aproximação e conexão intelectual e emocional para o envolvimento das pessoas. Como está sua capacidade de acuidade? Tem percebido as pessoas a sua volta? Funcionários, prestadores de serviços, pais, entre outros?

A **Flexibilidade** indica a necessidade de estar aberto a mudar, adaptar-se. Você já pensou que talvez seus comportamentos precisem ser mudados para alcançar o resultado desejado? Um bom gestor precisa aprender a gerenciar suas emoções e sua linguagem para relacionar-se com diversos públicos. Criar rapport significa desenvolver um relacionamento baseado em confiança e responsividade (O'Connor, 2011).

Isto é, estabelecer uma comunicação empática, gerando confiança e conexão.

Valorizar as pessoas faz toda a diferença e é base fundamental para gestão participativa. A valorização das pessoas e a gestão participativa podem promover mudanças virtuosas.

“A virada é fenomenal. As pessoas passam a ser considerados parceiros da organização que tomam decisões a respeito de suas atividades, cumprem metas e alcançam resultados previamente negociados e que servem o cliente no sentido de satisfazer suas necessidade e expectativas.” (CHIAVENATO, 2008b, p.42).

Como seria se você desse essa virada? Como seria um Conselho Escolar efetivo em sua escola? O que você ainda não fez e pode fazer para tornar a gestão participativa e o conselho atuante? Para resultados diferentes, faz-se necessário pensar e agir diferente.

Como seria se você lesse este artigo e respondesse verdadeiramente a cada pergunta? Lembre-se de sempre se lembrar e continuar se lembrando de que as mudanças começam no pensamento, na reflexão e que são definidas pela ação. Qual será sua ação após essa leitura?

Douglas de Matteu é Mestre em Semiótica, Tecnologias da Informação e Educação; Trainer em PNL e Master Coach com reconhecimento internacional, coautor de diversos livros. Diretor do Instituto Evolutivo – Coaching e PNL. Professor universitário na FATEC- Mogi das Cruzes e da UNISUZ.

Referências bibliográficas

- CHIAVENATO, I. Administração para não administradores: a gestão ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008a.
- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008b.
- Ministério da Educação e Cultura - MEC. Conselho Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública, Brasília, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf> acessado em 17/02/13.
- MATTEU, Douglas. Desenvolva as Competências do Líder Coach com a Roda da Liderança Coaching in: SITA, M; PERCIA, A. Manual completo de Coaching. São Paulo: Ser Mais, 2011.
- O'CONNOR, Joseph. Manual de programação neurolinguística: PNL: um guia prático para alcançar os resultados que você quer. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
- O'CONNOR, Joseph; SEYMOUR, John. Introdução à programação neurolinguística: Como entender e influenciar as pessoas. São Paulo: Summus, 1995.
- Portal do Ministério da Educação e Cultura - MEC. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> acessado em 17/02/13.



O trabalho com a comunidade estreitando laços com a escola

“A educação não pode contentar-se em reunir as pessoas, fazendo-as aderir a valores comuns forjados no passado. Deve, também, responder à questão: “viver juntos, com que finalidades, para fazer o quê?” e dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar, ativamente, num projeto de sociedade”. (DELORS, 1999)

Equipe escolar da EM Profª Wilma de Almeida Rodrigues

A Escola Municipal Profª Wilma de Almeida Rodrigues tem em seus alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a participação fundamental da comunidade, que em 2011 buscou arduamente a implantação da EJA Ciclo II (de 5ª a 8ª série), fato que acabou culminando no fortalecimento da EJA Ciclo I (1º ao 4º termo).

Por meio de questionário diagnóstico, verificou-se que a comunidade, localizada no bairro do Taboão, em Mogi das Cruzes, tem a maioria dos moradores trabalhando em portos de areia ou plantação de flores e a escola é o referencial social desta comunidade. Portanto, a partir daí surgiu-nos o questionamento: “O que fazer para manter este aluno na escola e garantir-lhe uma educação de excelência?”

O aluno de EJA tem seus direitos garantidos pela Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu Art. 37: (...)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Ele traz consigo a bagagem de um sábio, a vivência de um andarilho e o temperamento e a angústia de uma criança de Educação Infantil diante da escola e o novo que surge com ela.

Nós contaríamos com o transporte escolar oferecido pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, utilizado por cerca de 90% destes alunos. Alguns chegando a percorrer trajeto de até 12 quilômetros para chegar à escola, após um longo dia de trabalho, comendo de marmita, deixando os familiares e os afazeres do lar.

Inicialmente, buscamos diálogo com os patrões, conscientizando-os da importância do convívio escolar e social, facilitando assim a saída do trabalho no horário previsto a fim de garantir a chegada para a aula. Procuramos, com o apoio do Departamento de Alimentação Escolar, servir na entrada do período uma refeição consistente, tendo em vista que muitos viriam direto do trabalho. E, principalmente, tornar a escola o ponto de interação e referência da comunidade, sem perder o foco de espaço educador, a modelo de MORIN, fazendo do “ser humano” também verbo e não somente substantivo:

“Finalmente, existe a relação triádica indivíduo/sociedade/espécie. Os indivíduos são produtos do processo reprodutor da espécie humana, mas este processo deve ser ele próprio realizado por dois indivíduos. As interações entre indivíduos produzem a sociedade, que testemunha o surgimento da cultura, e que retroage sobre os indivíduos pela cultura”. (MORIN, 2000)

Surgem, então, as ações de parcerias com as empresas locais objetivando o fortalecimento da escola por meio de ações que viessem a minimizar o impacto ambiental ocasionado por estas empresas. A partir daí, contamos com o aluno de EJA, que manobra o trator no porto de areia para aterrar parte do terreno da escola.

Um aluno que dirige o caminhão da empresa busca, numa indústria da região, o cimento doado para a reforma da calçada e outro ainda traz o pedrisco, de determinado porto, para a obra. Alguns trazem as mudas e flores, doadas pelos produtores, para arborizar e embelezar a escola. Este mesmo aluno vem a ser o responsável pelo aluno do Ensino Fundamental regular e passa a fazer parte do Conselho de Escola, que não tem mais somente as reuniões periódicas e, sim, o convívio diário na escola, de maneira a agir pontualmente nas tomadas de decisões, buscando uma escola dos sonhos.

Referências Bibliográficas

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 3 ed, São Paulo: Cortez, 1999.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

Gestão democrática escolar na prática

Karen Luzia Schmidt Ribeiro

Vemos nos dias de hoje que a sociedade precisa rever conceitos e valores. Acredito que teremos cidadãos melhores se a família estiver envolvida com seus filhos e inserida na escola. A partir daí, vemos o Conselho de Escola como um grande aliado para que essa inserção aconteça.

O Conselho traz para os pais a realidade do ambiente escolar e propõe uma forma de participação mais ativa. Como conselheira, acredito que se cada um colocar a sua singularidade, isso será a diferença para chegarmos a um bem comum como também a resultados brilhantes. Partindo do princípio que se houver uma só visão, não teremos a visão do todo, o Conselho de Escola vem trazer uma gestão democrática, participativa, ouvindo a todos em prol de uma escola melhor.

Para isso, temos que ter três pensamentos: observação e renovação, olhar múltiplo e atitudes. O trabalho do Conselho de Escola é árduo, pois para participarem os pais têm que abrir mão de algum tempo e se importar com o outro. Precisamos ser menos egoístas e não desistir de dar passos, juntos, rumo ao progresso da escola.

Com isso, o Conselho de Escola cria uma relação entre a instituição e os pais, que estimula a participação dos mesmos na vida da escola e de seus filhos. Só lamento que muitos não enxerguem que, se cada um fizer sua parte, te-



remos melhores resultados com nossos filhos, que são a prioridade dentro desta discussão.

O resultado desta parceria é que teremos cidadãos conscientes e uma escola mais produtiva e acolhedora. O Conselho de Escola é agente de igualdade e desenvolvimento social.

Karen Luzia Schmidt Ribeiro é mãe de Leonardo Schmidt Ribeiro, aluno do 2º ano do Ensino Fundamental da EM Eng. Claudio Abrahão.

Patrícia Cirezola Carielo

A Gestão Democrática na escola consiste na luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática.

Resumindo: é a participação da família no ambiente escolar junto com o corpo docente da escola, participando do Conselho de Escola, onde alunos, pais, professores, coordenadores e diretor interagem, participando com novas ideias para a solução de problemas no ambiente escolar e social, o qual é relatado em Ata e direcionado à Secretaria Municipal de Educação, para que possa ficar a par dos acontecimentos.

Gestão Democrática é isso, fazer valer a democracia e a cidadania com a nossa participação integral, dentro da escola. É a sensação do dever cumprido, interagindo mais com os educadores e com nossos filhos. A você que está lendo esse depoimento, faço o seguinte convite: seja um membro do Conselho de Escola na escola em que seu filho estuda.

Participe! Faça valer a pena. O primeiro passo é nosso.



Patrícia Cirezola Carielo é mãe de Matheus Cirezola Carielo do 2º ano do Ensino Fundamental na EM Prof. Dermeval Arouca.

Concepção educativa de creche

O atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade é estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional, Lei nº 9394/96, que prevê a Educação Infantil, composta pela creche (0 a 3 anos de idade) e a pré-escola (4 a 5 anos), como nível de ensino que se integra à Educação Básica. Essa integração expressa a sua finalidade social de assumir as especificidades da educação infantil e também se inteirar de todos os aspectos que permeiam e influenciam o processo de formação da criança.

Bruna Rocha Siqueira

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) preconiza que essa integração implica em “rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas” BRASIL, RCNEI, 1998, vol.1, p.17).

Todos os aspectos que permeiam a Educação Infantil, em especial as creches, devem ser associados à busca da qualidade da educação, considerando o contexto social, ambiental e cultural da criança. A creche não ocupa mais o papel de instituição de assistência social para crianças carentes e sim, de uma instituição que possui uma proposta pedagógica voltada para a ação educativa, que visa promover o desenvolvimento de crianças de diferentes classes sociais:

Na defesa de um modelo democrático de educação – que não viabilize, ainda que de forma indireta, formas de marginalização e exclusão de crianças de segmentos sociais desprovidos do acesso de uma educação de qualidade, a creche e a pré-escola devem se encarregar de educar meninos e meninas provenientes de diferentes culturas levando-as em conta para poder articular convenientemente os diversos contextos de vivências e desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008, p.9).

Nessa perspectiva, a creche assume um papel educativo no Brasil voltado para as diferentes camadas sociais. Ainda que exista uma postura do poder público em dar prioridade de matrícula aos filhos de trabalhadores de baixa renda, como forma de assistência às crianças advindas de famílias de classes sociais mais baixas, a caracterização da creche deve estar voltada para a ação educativa a fim assegurar o direito e promover o desenvolvimento da criança, seja qual for a sua classe social.

A justificativa do atendimento de crianças pequenas nas creches não se expressa pela substituição do papel da família no desenvolvimento da criança e nem pela sua formação escolar precoce, mas sim pela integração entre o cuidar e o educar, visando contribuir para o pleno desenvolvimento da criança. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (BRASIL, RCNEI, 1998, vol.1, p. 24).

A concepção de creche existente hoje no país, que aponta uma integração entre o cuidar e o educar, é traçada na introdução do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, em que admite haver uma polêmica sobre essa integração. Entretanto, procura explaná-la e enfatiza que ela deve ser encarada como uma ação educativa que possibilita:

(...) o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, RCNEI, 1998, vol. 1, p. 23).

As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” (2010) preconizam que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo:

(...) garantir à criança o acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (DCNEI, p.18, 2010).

Partindo do pressuposto de que a criança apresenta uma maneira de ser curiosa e experimental, em que a descoberta do mundo está atrelada a descoberta de si mesma, as linguagens tem um papel primordial na aprendizagem infantil. Entendemos como linguagem não só a fala, mas todo o sistema simbólico integrado por múltiplas linguagens que permite a criança apropriar-se da cultura e ressignificá-la.

A garantia de ampliação das experiências sensoriais, expressivas e corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança, como forma de promover o conhecimento de si e do mundo, e ainda, a imersão e progressivo domínio das diferentes linguagens, considerando os vários gêneros e formas de expressão como a gestual, a verbal, a plástica, a dramática e a musical são experiências previstas e enfatizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010). Ainda segundo este documento, a proposta pedagógica da Educação Infantil deve ter como eixos norteadores as INTERAÇÕES e as BRINCADEIRAS, considerando a criança como sujeito que se apropria da cultura, mas também produz cultura, por meio das relações e práticas cotidianas e pela construção de sua identidade pessoal e coletiva, pelas experiências simbólicas, pelas aprendizagens, pelos questionamentos e pela construção de sentidos sobre a sociedade.

É notório que tanto o Referencial Curricular, quanto as Diretrizes Curriculares que orientam a educação nacional, enfatizam a perspectiva de Educação Infantil como uma etapa que é voltada para formação integral da criança, tendo como elemento norteador a cultura da infância, preconizada pela brincadeira e pela interação.



Nesse sentido, é importante que todas as instituições de Educação Infantil, ou seja, creches e pré-escolas assumam essa perspectiva, por meio de práticas pedagógicas que garantam experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo, favoreçam o contato das crianças com diferentes linguagens, ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas e possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia, vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais que ampliem seus padrões de referência, de identidade e de diversidade. Assim, a creche se estabelece como um espaço cuja prática educativa pauta-se na reflexão acerca dos direitos da criança como sujeitos sociais com especificidades e que devem ser consideradas como indivíduos capazes de construir suas representações e atribuir sentido e significado às coisas.

Bruna Rocha de Siqueira é graduada em Letras e Pedagogia. Pós-graduada em Gestão Pública e gestão da Organização da Escola. Professora de Educação Infantil da Rede Municipal. Atualmente é responsável pela etapa da Educação Infantil da Área Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes

Referências bibliográficas:

BRASIL.Ministério da Educação.Secretaria de Educação Fundamental e Infantil.Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010 ;

_____. _____. _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEFI, 1998;

_____. _____. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996;

DEMO, Pedro. Grandes Pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação da moral e da avaliação/Pedro Demo, Yves de La Taille e Jussara Freire, 4 Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2008;

OLIVEIRA. Zilma Ramos de. Educação Infantil: Fundamentos e métodos. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2008;

Creches conveniadas

A história de um mutirão de responsabilidade social

Marina Dias Nogueira atuou por mais de 10 anos na supervisão de creches conveniadas da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Pedagoga com habilitação em supervisão escolar, ela trouxe para administração municipal sua experiência como educadora aliada ao seu trabalho voluntário no Instituto Maria, Mãe do Divino Amor, no bairro do Botujuru. Este trabalho social fez diferença em sua passagem pela administração municipal, em que ela foi uma das pioneiras no Programa de Expansão de Creches do município e participou ativamente da ampliação da iniciativa ao lado das entidades filantrópicas e associações de bairro mogianas. Marina conta para a revista *Educando em Mogi* como foi o nascimento e a consolidação deste movimento, hoje responsável pelo atendimento de mais de 8 mil crianças de quatro meses a cinco anos de idade em Mogi das Cruzes.

Como começou o atendimento em creche feito em parceria pelas instituições sociais de Mogi das Cruzes e a Prefeitura?

Este trabalho de repasse de subvenção para entidades existe desde 1987, quando foi publicado o primeiro decreto municipal de subvenção. Naquela época já havia entidades filantrópicas que atendiam crianças em idade de creche e que tinham uma parceria com a Prefeitura.

Em 1996, ano em que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, houve a integração da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e exigia-se que todas as escolas tivessem autorização de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação. Foi a primeira vez que, na legislação educacional brasileira, se falou da Educação Infantil.

A partir desse momento, vários procedimentos foram sendo tomados, até para a passagem das creches da Assistência Social para a Educação. No ano 2000, todas as creches que existiam no município foram visitadas e autorizadas formalmente como escola e, se não me engano, eram 18.

Nesta época, existia a necessidade de expansão do atendimento em creche até por conta da legislação e várias questões sociais da época. Então, nos foi pedido um estudo para ver como seria possível ampliar esse atendimento. Na época, a professora Vânia Barbieri Bertaiolli iniciou os estudos em outros municípios.

Vânia, que era responsável por essa área, começou observando o que outros municí-

pios estavam fazendo, como estava acontecendo todo esse movimento para atender a demanda de creche.

A legislação em vigor na época, relativa ao financiamento, o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), priorizava o investimento pesado em Ensino Fundamental. Em Mogi das Cruzes, todo o investimento em Educação Infantil já estava sendo empregado porque o município possuía uma rede muito grande de atendimento, não tanto em creche, mas no segmento de pré-escola.

Nesta época, também passei a fazer parte da equipe da Vânia e começamos as visitas. Visitamos cidades, como São Vicente, que também fazia um trabalho com associações de bairro, como aqui em Mogi depois foi implantado; em Caraguatatuba, onde foi feita uma parceria com a Fundação Orsa e por fim, Suzano com o modelo de creches comunitárias. Mogi se espelhou no trabalho feito no município de Suzano e vários fatores também contribuíram para isso.

Neste período, havia uma grande pressão da comunidade em geral pela ampliação do atendimento em creche e algumas pessoas acreditavam que as creches, administradas em parceria com as entidades, seriam “depósitos de crianças”. Estes questionamentos refletiam ainda o pensamento comum de que a creche era uma atribuição da Assistência Social para atender as mães mais carentes que precisavam trabalhar. A creche era um lugar só para se cuidar das crianças. Essa visão começou a mudar a partir da LDB, onde o cuidar e o educar andam juntos.

Então no ano 2000, a Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes assumiu tanto as creches que eram municipais e estavam na Secretaria de Assistência Social, quanto as que estavam sendo administradas por entidades filantrópicas, como a Creche Sant’ana, que tem mais de 60 anos, a do Socorro, entre outras.

A Vânia tinha toda a experiência na área legal e iniciou todo o processo. Quando entrei, trouxe minha experiência de trabalhar em entidade filantrópica. Você tem que ter um olhar social, fazer parte do processo e tentar entender. É preciso ter essa visão social.

Como foi o processo inicial de expansão das unidades?

A gente tinha, de um lado, pessoas incomodadas com a situação em que as crianças de seus bairros se encontravam: não havia creche. E, do outro lado, o Poder Público necessitando expandir o número de vagas. Foi o início de todo um longo processo de construção de saberes e relações. Começaram os primeiros contatos, foram estabelecidas as primeiras diretrizes do trabalho. Não se tinha nada planejado, tudo foi acontecendo...

Lembro-me das primeiras reuniões com os presidentes de Associações de Bairro, com os Contadores e as primeiras Pedagogas...

As creches foram recebendo nomes fantasias, os espaços alugados foram sendo reformados, diretoras de escolas municipais foram se tornando madrinhas para ajudar neste processo, um verdadeiro mutirão de responsabilidade social.

Em 2003, a administração municipal definiu que iria seguir esse caminho de realmente fazer uma expansão contando com o apoio das entidades sem fins lucrativos, adotando inicialmente o modelo de creches comunitárias desenvolvido pela Prefeitura de Suzano.

Neste momento, a administração municipal se reuniu com todas as entidades que já administravam creches para verificar se era possível ampliar o atendimento nas unidades em funcionamento. Esgotada essa possibilidade, foi feito um projeto. Fizemos um cálculo inicial do investimento que a Prefeitura teria que fazer para atender 13 creches nos bairros mais distantes e periféricos.

Para esta primeira etapa do programa foi formado um fundo, em que estava previsto o repasse de subvenção, a compra de mobiliário e pela primeira vez, um recurso para a manutenção do prédio para que as unidades instaladas em bairros mais distantes, foco desta primeira fase, pudessem alugar casas e adequá-las para o atendimento de crianças. Esta mudança gerou uma alteração no decreto municipal das subvenções.

Fora a questão da estrutura, como foi mobilizar estas pessoas?

A mobilização foi feita de todas as maneiras possíveis e imagináveis porque sofríamos pressão de todos os lados. Naquela época, tínhamos um desafio enorme pela frente: dotar pequenas associações de bairro que nunca tinham trabalhado na área da educação.

A grande maioria eram presidentes de Associações de Bairro, muitas vezes distan-

tes do Centro de Mogi, que trabalhavam na entrega de leite e cobertores. Lógico, que eles também exerciam sua função fundamental: lutar pelos direitos do bairro, pelas melhorias, o que é o grande enfoque de uma associação. Esta era sua missão principal, que depois é acompanhada por outros compromissos, como a implantação de creches, projetos sociais e culturais, o que vai depender do que é apontado por cada estatuto.

Diante desse perfil das entidades, procuramos trabalhar de forma a atender os nossos parceiros em todas suas necessidades. Uma grande preocupação era a aplicação dos recursos públicos, até pelo grande volume que estava sendo investido. Em 2003, foi publicado um decreto que criava critérios mais rigorosos para a prestação de contas.

As primeiras creches foram instaladas em bairros mais distantes, onde havia a necessidade deste atendimento. A partir de um cadastro da Secretaria de Assistência Social, chamamos os presidentes das associações de bairro e fizemos uma reunião para apresentar o projeto. Falamos um pouco da experiência e das responsabilidades em se dirigir uma entidade sem fins lucrativos.

Explicamos também que a partir do momento que assumissem as creches, eles teriam que registrar e ser responsáveis pelos funcionários.

Fazíamos reuniões frequentes com eles, orientávamos sobre a prestação de contas e as exigências para o funcionamento da creche, o quadro funcional: como ter um pedagogo, que seria um diretor responsável pela creche e o quadro de funcionários mínimo para o atendimento de acordo com o número de crianças atendidas (quantos professores com formação mínima em magistério a creche teria que ter, quantas ADIs - Auxiliares de Desenvolvimento Infantil e o pessoal da limpeza e da cozinha).

Quando a entidade sinalizava que queria ser parceira, o próximo passo era que ela localizasse no seu bairro uma casa que apresentasse condições de abrigar uma creche. Em seguida, nós verificávamos a capacidade do imóvel, se poderia atender 40 ou 50 crianças de 2 a 6 anos, pois o projeto original das 13 primeiras creches era para que cada unidade atendesse 50 crianças dessa faixa etária. Nessas casas, ainda não era possível atender turmas de berçário.



Em nossa visita, analisávamos como iam ser os ambientes e dávamos orientações. As adaptações e investimentos iniciais eram por conta das entidades, que só recebiam os recursos após a autorização de funcionamento das escolas e a publicação do decreto de subvenção.

Em alguns bairros, a situação era muito precária e não existiam casas adequadas para abrigar uma creche. Assim, os presidentes que possuíam casas com uma infraestrutura melhor, acabavam se mudando para casas menores e utilizavam sua própria casa. Era feito um processo para que a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros analisassem o local para verificar se havia algo que colocasse em risco a segurança das crianças e funcionários. Este laudo era anexado ao processo de autorização da escola, para que depois fosse feito o processo da subvenção. Enquanto isso, os presidentes traziam as listas das crianças e nós formávamos as turmas.

Como era feito o acompanhamento junto às entidades?

Desde 2003, todos os meses até hoje, existe a reunião mensal com as pedagogas dirigentes e também com os presidentes das mantenedoras. No início, fazíamos várias reuniões e, nesse trâmite, entre a casa ficar pronta e o processo de autorização ser concluído, a equipe de supervisão fazia todo o acompanhamento. Tínhamos contato também com os contadores, que eram responsáveis pela emissão do balanço de final de ano das entidades. Com o apoio de funcionários de outras secretarias, falávamos sobre a questão legal da parceria, em especial, a aplicação dos recursos, pagamentos em cheque, etc.

Assim fomos indo e, a cada ano, a Secretaria de Educação respondia ao Ministério Público qual era a meta de atendimento e o quanto estávamos diminuindo o número de crianças que aguardavam vagas (o inquérito foi arquivado em julho de 2012).



Como você avalia a participação social neste programa?

Das 13 primeiras que foram implantadas, uma ou outra fechou. Temos a Vila Estação, Novo Horizonte e Jardim Margarida que funcionam até hoje e continuam sendo administradas por associações de bairro.

Eu fico admirada pela força que eles têm, porque não é fácil. Só quem administra uma creche sabe o quão difícil é administrar e nós trabalhamos nessa primeira etapa com entidades que não sabiam nada sobre o atendimento de crianças e a parceria com o poder público. Para se ter uma ideia, no primeiro final de ano, eles traziam as moedas em um saquinho de papel para devolver para a Prefeitura; não se tinha noção sequer de nota fiscal.

Inicialmente, antes da primeira etapa do Programa de Expansão, em 2003, tínhamos 20 creches administradas por entidades

filantrópicas que, em sua grande maioria, eram ligadas a igrejas católicas ou organizações espíritas. Não tínhamos associações de bairro administrando creches.

Em 2003, as 13 novas unidades eram administradas por associações de bairro, que desconheciam o trabalho e as exigências legais, mas tinham a consciência de que seus bairros precisavam ter uma creche, então abraçaram este projeto com muita garra. Eles queriam aquilo, porque não se tinha nada. Ter uma creche, além de ser uma conquista, era um serviço para a comunidade.

Outra coisa que era muito importante no projeto era a oportunidade que as novas creches davam para que as pessoas do bairro pudessem trabalhar, a iniciativa estava atrelada a isso. Dava-se oportunidade de emprego, de preferência para pessoas da comunidade. A ideia original era priorizar as pessoas da comunidade até para ter esse vínculo.



Você acha que este trabalho junto à comunidade fez com que o programa fosse bem sucedido?

Talvez esta tenha sido uma das razões do sucesso do programa, porque a pessoa mora ali e conhece todo mundo, o que reforça o cuidado e a acolhida das famílias. Todos moram no mesmo bairro e enfrentam as mesmas dificuldades, provavelmente isso favoreceu o projeto.

Lógico que isso também levantava questionamentos de que alguns dirigentes estavam empregando gente da família. Sabemos que é uma questão até de confiança, mas é importante dizer que se esta pessoa não tinha competência acabava sendo substituída por orientação nossa, inclusive.

Depois, esse trabalho foi se expandindo para outras igrejas e muitas associações nasceram com o objetivo de também ter uma creche em seu bairro. Tínhamos uma lista de entidades que gostariam de ser mantenedores.

Um destaque importante é o fato de que Mogi das Cruzes foi pioneira no lançamento da Educação Infantil na Prodesp (Sistema de Cadastro de Alunos do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 40.290 de 31/08/95). As creches subvencionadas também fizeram parte deste processo. Era necessário ter um controle das matrículas.

O que era exigido das subvencionadas?

Nesse meio de tempo, as exigências legais foram crescendo, como na questão da prestação de contas. Nós conseguíamos atender um número maior de crianças, mas não era possível atender o berçário porque as casas eram muito precárias. Em 2006, se não me engano, a competência da vistoria de creches passou da Vigilância Sanitária Estadual para a Municipal, que havia sido recém-criada. A Vigilância Sanitária Municipal, logicamente, possuía regras já antigas e, de acordo com elas, não era pos-



sível atender berçário. Com isso, as creches tinham que se adaptar, mudar muita coisa nos prédios e, então, foi feito um acordo com a Vigilância, que visitou todos os prédios e descreveu as mudanças básicas que seriam necessárias em um termo de determinação técnica.

Qual solução foi encontrada para atender a questão do berçário?

Para atender os bebês, era preciso construir novas unidades. No início do processo de expansão das creches, foram construídos dois prédios. Depois foi pedido para que as entidades indicassem três terrenos de 1,5 mil m² próximos à sua unidade para a construção de uma nova creche.

A partir deste levantamento, seria feito um plano de construção para substituir as creches que estavam em imóveis precários. As entidades indicaram os terre-

nos e então teve início o processo de avaliação dos locais. Analisávamos se era da Prefeitura ou não e se comportaria uma nova unidade. Assim, chegou-se à conclusão de que, para atender as exigências da Vigilância era preciso terrenos de mais de 2 mil m².

A atual gestão assumiu o compromisso que a gestão anterior já havia iniciado porque com os novos prédios poderíamos atender bebês e ampliar o atendimento.

As secretarias municipais de Planejamento e Educação e também a Vigilância Sanitária Municipal se reuniram para verificar o que um prédio precisaria ter e rever a metragem dos terrenos para abrigar as novas unidades.

Por meio destas conversas, chegamos ao modelo padrão das 40 creches que foram construídas nos últimos quatro anos. Estes novos prédios atendem mais que o dobro de crianças, passando de 50 para 110, com a vantagem, ainda, de ter berçário.



A comunidade aceitou bem esse processo de construção dos novos prédios?

Sim, eles é que foram atrás de todos os terrenos, tanto que os processos podem comprovar isso. Eles indicaram três terrenos, que sofreram toda uma análise. Os novos prédios foram um ganho para a cidade e as entidades continuaram assumindo a administração.

Vocês tiveram casos de entidades que desistiram da parceria ou tiveram problemas nestes 10 anos?

Nesses 10 anos, teve entidade que saiu, mas nunca deixamos simplesmente fechar. Se ela não assumia, inicialmente procurávamos junto com ela outra entidade que assumisse. Nestes casos, chamávamos aqueles que já tinham experiência, porque não é fácil administrar uma entidade que apresenta algum tipo de problema.

Havia um diálogo muito grande entre a Secretaria de Educação e os presidentes das mantenedoras, a gente tinha liberdade para chamar a atenção, se precisasse, e também de fazer o convite, caso fosse necessário, de que eles administrassem mais uma creche. Analisávamos com eles, a entidade fazia uma ata e transferia. Como a entidade não tem fins lucrativos, ela dava baixa na carteira e a outra entidade assumia, sem período de vacância. Normalmente, ela fazia uma ata no final do mês, dia 31 e no dia 1º, a gente já sabia e fazia toda a tramitação para não ficar sem subvenção e sem aula.

Nestes 10 anos dessa parceria entre o poder público e a sociedade na administração das creches, como você avalia esta trajetória?

Sinceramente, eu acho que foi um resultado de várias variáveis. Tivemos todo um contexto, vários fatores contribuíram. Acho que é importantíssimo o diálogo.



No início, elas estavam um pouco tímidas devido aos comentários de que as novas creches seriam depósitos de crianças, de que lá não era uma escola.

Investimos muito no diálogo e em cursos por meio da Secretaria de Educação, que programava as capacitações e a supervisão acompanhava à noite e aos sábados. Foram feitos cursos de formação para as ADIs, em espaços de outras creches que emprestavam o lugar porque não tínhamos ainda o Cemforpe.

Como as creches subvencionadas devem ser vistas dentro do sistema municipal de ensino?

Não se pode querer que as creches conveniadas sejam iguais às municipais, são entidades diferentes. É preciso entender que elas têm uma característica própria porque são entidades diferentes. Cada entidade tem uma missão, tem uma história Trabalho isto na assessoria: de onde você veio, quem foi

que te fundou... Estamos continuando a história de alguém lá, as pessoas que começaram tinham que ter muita garra. A essência da entidade não é só buscar recursos, cada uma nasceu de um jeito. É uma entidade privada sem fins lucrativos, eu não posso querer encaixa-la numa mentalidade pública. Sobre as entidades que estão assumindo agora, tem que se ter todo um cuidado, pois este começo é difícil.

Em quais pontos as entidades devem avançar? Como você o ingresso de novas instituições no sistema de ensino?

As entidades terão que se especializar na captação de recursos, o que é difícil, porque as próprias empresas em vez de repassarem recursos, muitas vezes, preferem criar suas próprias fundações. Mas não é só a questão do dinheiro, é a forma de administrar esse recurso. Às vezes tem entidades que recebem a mesma subvenção, uma administra

bem e outra se complica. Nós sempre ficávamos antenados nestas questões, orientando.

A entidade tem que se especializar em administrar o dinheiro. Este é um dos problemas que acontece quando a entidade é nova e não sabe como utilizar o recurso, acaba comprando coisas que não pode e é obrigada a devolver dinheiro.

O primeiro ano das entidades é o mais difícil, há muitas demissões neste período. As novas entidades, que estão assumindo agora, já chegam administrando prédios grandes para 110 crianças, antes eram apenas 50 alunos em prédios menores.

Mesmo as antigas que também estão ocupando os novos prédios têm que se adaptar, pois são situações bem diferentes. Temos que receber entidades novas, não podemos fechar o processo, mas é preciso ter um acompanhamento bem de perto por parte da Prefeitura.

Como você vê a evolução deste programa?

É um processo, a Prefeitura já deu grandes passos, as creches têm um prédio, material de higiene, tudo isso é fruto de um processo de diálogo que sempre existiu,

isso foi sendo construído, nasceu e depois foi sendo consolidado. Acho que para o trabalho dar certo é preciso um conjunto de atitudes, tem que dar assessoria, ouvir o que eles falam e do que estão precisando, enfim ter um bom relacionamento.

Tínhamos esse diálogo, conversávamos muito Criou-se um vínculo muito grande entre a Prefeitura e as entidades. É preciso mantê-lo, auxiliando-os ao máximo nas dificuldades. É preciso entender que temos uma grande parceria e temos que estar próximos. Hoje, grande parte das nossas crianças em creches está sendo educada pelas entidades.

Temos que investir em formação. Eles são ávidos por formação, entendem que estão sempre aprendendo. Acho que um caminho interessante é a troca de experiências entre os presidentes, talvez fosse preciso estimular mais este diálogo entre eles.

As entidades também têm que crescer nas certificações, o que aumenta suas responsabilidades, mas também as possibilidades de angariar recursos. Um caminho é se inscrever no Comas – Conselho Municipal de Assistência Social. Isso tem que estar previsto no estatuto e a entidade deve ter algum projeto na área de assistência social.

CEIC Raio de Luz, uma das pioneiras

Equipe escolar do CEIC Raio de Luz

Quando este projeto foi idealizado pela então presidente da Associação do Bairro Residencial Novo Horizonte, Sirlene Furlã, não contamos de imediato com o apoio da população, por que se tratava de um projeto novo e não era uma escola convencional da Prefeitura. A nova creche não era vista com bons olhos por parte da comunidade, que ao ser informada do processo de inscrição para o Centro de Educação Infantil Comunitário – CEIC, que recebeu o nome de Raio de Luz, não compreendia como uma instituição que ainda não tinha nem sede própria e formada por pessoas moradoras do bairro, poderia dar certo. Tudo que é novo assusta ou conta com a negatividade e conosco não foi diferente.

No início, nos reuníamos na residência da Sirlene, mesmo sem remuneração alguma. Aprendemos a sonhar e confiar nos sonhos e ideais da mesma, fazendo deles o nosso próprio sonho. Passaram-se mais ou menos cinco meses, desde a preparação do projeto, elaboração da proposta, autorização da escola por parte da Prefeitura, procura e locação da primeira sede, inscrição e matrícula dos futuros alunos. Nesse período, enfrentamos vários obstáculos.

A opinião e a recusa da comunidade em acreditar que tal projeto daria certo era o maior deles. A partir desta recusa em fazer as inscrições, a equipe, juntamente com a presidenta da associação, saía de casa em casa expondo a finalidade e a proposta desde projeto inovador e, com muita persistência, conseguimos alcançar as 50 primeiras crianças matriculadas e a sede apropriada.

Então, chegou uma nova etapa de desafios. O mobiliário, utensílios domésticos, produtos de higiene e limpeza foram doados por amigos da comunidade e também pelos futuros funcionários, que também foram responsáveis pela pintura e limpeza do local, decoração e preparação para receber as crianças, no início do ano letivo de 2003. Com as etapas iniciais vencidas, passamos para as próximas. O funcionamento do CEIC começou precário, mas contamos com o auxílio de alguns colaboradores, como Maria Raimunda, Dalva, Maria José, dentre outros e familiares das funcionárias.

Inicialmente, nossa equipe era composta por pessoas qualificadas ou se qualificando para o trabalho, tendo em vista que a professora, formada em magistério com uma boa experiência anterior, auxiliava na preparação das aulas das demais turmas, assumindo o planejamento das aulas enquanto as demais buscavam qualificação. Éramos acompanhadas de perto pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e recebemos equipamentos (computador e multifuncional), mobiliário, brinquedos e apoio administrativo, além de formações para funcionários.

Após o primeiro semestre de funcionamento, a opinião da comunidade começou a mudar, repercutindo em procura de vagas, o que gerou uma lista de espera para o ano letivo seguinte. Isto causou uma preocupação por parte da Prefeitura e da Associação. Assim, buscamos uma sede maior e novos funcionários foram contratados. Com muito esforço, a equipe melhorava a olhos vistos.



Ao passar três anos, a Prefeitura, parceira da instituição, vendo o empenho da equipe e a necessidade do bairro, construiu uma sede própria para o CEIC Raio de Luz, mobiliando adequadamente, além de oferecer merenda escolar diversificada, material de limpeza, brinquedos, entre outros.

Como a procura por vagas continuou crescendo, após um ano e muitas melhorias, foi reativado o prédio que antes abrigava a creche. Este, atualmente, atende 48 crianças de Infantil III e IV, enquanto que a outra sede atende 109 crianças, totalizando cerca de 157 crianças.

São 10 anos de atividades em que conquistamos a credibilidade por parte da comunidade, a qualificação de funcionários, melhorias salariais e benefícios assistenciais, ampliação da equipe (passamos de 7 para 20 funcionários), formação contínua com apoio da administração municipal, merenda de qualidade, aquisição de uma perua por meio de doação, entre outros. Este trabalho também resultou na parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e autoridades da cidade em prol de benefícios para a comunidade.

Um caminho feliz em benefício da comunidade

Mariene Kulsar do Prado

A história da Casa de Convivência Vila Estação, mantenedora do Centro de Educação Infantil Comunitário Caminho Feliz, começou no dia 17 de março de 2002, mas antes disso foi trilhado um percurso de muitas lutas e conquistas, que fortaleceu o que hoje é a instituição; sempre contando com a parceria da prefeitura de Mogi das Cruzes e apoio da comunidade.

No começo dos anos 90, a motivação do casal formado pelo Pastor José Audeci de Arruda Lins e sua esposa Maria Cristina de Vasconcelos Lins, em trazer melhorias para o bairro em que residem até os dias de hoje, fez com que começassem um trabalho, nos fundos da casa de um morador, ao qual deram o nome Projeto Cidadania, que por meio de doações e voluntários oferecia as crianças e adolescentes da comunidade atividades recreativas e de reforço no período em que não estavam na escola. A Prefeitura ajudava com merenda e estagiárias para cuidar das crianças. Além disso, esse apoio municipal possibilitou diversas conquistas para o bairro, como água encanada, iluminação pública, caixa postal comunitária e cascalhamento das ruas.

Em 1993, foi construída a sede do projeto, na rua Santa Vigília, Vila Estação, o qual passou a se chamar Associação Amigos de Bairro Ouro Verde, firmando ainda mais esse compromisso com a ação social.

O senhor Audeci conta que guardou na memória o pedido de uma mãe, no dia da inauguração do prédio, de que ali fosse aberta uma creche. Essa Associação também foi mantida com a ajuda de familiares e voluntários da própria comunidade e oferecia cursos de cabelereiro, corte e costura, teatro e panificação, além das aulas de reforço e as atividades de recreação que continuaram acontecendo.

O projeto cresceu, a população aumentou e mesmo assim o ritmo de trabalho não parou, a missão de transformar a 'favela' num bairro foi passo a passo se concretizando, melhorando a qualidade de vida dos moradores. A partir de 2002, a Associação passou a se chamar Casa de Convivência Vila Estação e contou com a participação voluntária de alguns moradores do bairro para a reforma do prédio, não apenas física, mas no aspecto social com a movimentação da comunidade que estava motivada a fazer ainda mais pelo bairro.

Em 2003, foi fundada a creche, o Centro de Educação Infantil Comunitário (CEIC) Caminho Feliz, que dois anos depois recebeu um prédio próprio.

Atualmente, o CEIC Caminho Feliz possui dois prédios no bairro, o municipal e o antigo, atendendo 153 crianças de quatro meses a cinco anos. Tem toda a infraestrutura para um ambiente educativo e acolhedor, os profissionais são qualificados e participam de cursos e formações continuadas para aprimorar sua prática por meio da Secretaria Municipal de Educação. E assim continua esta missão de cuidar, ensinar e movimentar a comunidade por meio da educação e do amor.

Mariene Kulsar do Prado é diretora pedagógica do CEIC Caminho Feliz



CEIC Santa Clara: parceria escola, comunidade e poder público

Daniela Salvador Mariano

Essa parceria das creches subvencionadas e Prefeitura de Mogi das Cruzes, em que nós da comunidade fazemos um trabalho voluntário para a sociedade e temos o apoio do poder público para juntos ajudar a comunidade, está sendo positiva. Mesmo não conhecendo nada sobre educação, fui assistida pela Secretaria Municipal de Educação e o setor de Prestação de Contas, onde aprendi muito e em todas as dificuldades pude contar com eles, como a Marina Dias Nogueira, que era supervisora de ensino e a Michela Rita Oliveira, responsável pela prestação de contas, que sempre me atendiam com muita prontidão.

Assim comecei a desenvolver um trabalho com os funcionários, conscientizando-os da importância das crianças em suas vidas e de que a creche não era só para cuidar, mas, sim, para educar e com amor.

O Instituto da Criança Santa Clara não tinha muita participação da comunidade e nem recursos para progredir. A única forma que encontramos para melhorar esta situação foi trazer a comunidade, em especial os "pais", para nos ajudar. Então conversamos com eles e mostramos a importância da parceria e que esse seria o caminho para fazermos um excelente trabalho de desenvolvimento com as crianças.

Entendemos que um bom trabalho é fruto de uma boa parceria e a participação deles é fundamental para chegarmos ao sucesso juntos. Passamos por muitas dificuldades e desafios e contamos com a ajuda dos pais e amigos. Nós, juntos, alcançamos muitas conquistas e a cada final de ano nossas crianças estão indo para outros aprendizados.



No final do ano de 2012, fomos buscar outro desafio que foi assumir um novo prédio, por meio do chamamento público, em um bairro onde não atuávamos. Fomos e seguimos a mesma estratégia. Nosso primeiro cuidado foi com as crianças e o acolhimento dos pais, mostramos nossa forma de trabalhar e dissemos que iríamos precisar muito deles. Cinco meses depois, chegamos a mais um sucesso. A comunidade entendeu que estamos ali desenvolvendo um trabalho para o futuro de seus filhos e estão muito participativos. Tivemos uma aceitação muito boa.

Acreditamos em uma sociedade mais humana e justa e a nossa proposta pedagógica é estabelecer a relação CEIC – ALUNO – COMUNIDADE, com o intuito do desenvolvimento da criança como agente transformador.

Daniela Salvador Mariano é presidenta do Instituto da Criança Santa Clara

Chamamento Público para o atendimento em creches

Equipe de Supervisão de Ensino da Secretaria de Educação de Mogi das Cruzes

O primeiro decreto municipal de subvenção às entidades filantrópicas foi publicado em 1987, dando a possibilidade para que estas instituições atuassem com crianças em idade de creche.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que atribuiu aos municípios a oferta de Educação Infantil em creches e pré-escolas, Mogi das Cruzes fortaleceu os vínculos com os líderes de bairro para que estes desenvolvessem o trabalho educacional junto às crianças desta faixa etária.

Atualmente após todo um caminhar do programa de expansão das creches municipais, das parcerias com diversas entidades sociais, do fortalecimento desta parceria entre o poder público com a sociedade civil e muitos diálogos entre os representantes da sociedade com os servidores públicos atuantes na área da educação e jurídica, houve a necessidade de se adequar as regras de forma a continuar a atender os princípios da administração pública.

Este avanço nas políticas públicas direcionadas ao atendimento da expansão de creches da cidade foi o processo de Chamamento Público. O primeiro foi realizado em janeiro de 2012, quando oito novos prédios foram entregues pela administração municipal. Para este ato, que consiste em tornar-se do conhecimento de todos os munícipes a oportunidade de administrar diferentes tipos de serviços prefixados pela administração pública, a Secretaria Municipal de Educação designou uma comissão técnica que teve por finalidade elaborar, cumprir e fazer cumprir o contido no Edital. No documento estão dispostos os prazos para que os interessados apresentem os documentos exigidos que atestem a idoneidade e regularidade da entidade e, havendo igualdade de condições, os critérios para desempate são os pautados na experiência em gestão de unidades escolares, as “creches”, e no histórico de relevantes serviços prestados às causas sociais.



O Chamamento Público na Secretaria de Educação contou até este mês com cinco certames, nos quais sete entidades foram contempladas atendendo os bairros de Nova Jundiapéba, Vila Jundiá, Taiaçupeba, Botujuru, Jardim Santos Dumont, Jardim Camila e Cesar de Souza. Este processo representa um momento de grande emancipação, visto que participou destes certames, um total de 20 entidades, fornecendo indicadores de aceitação em relação à lisura deste processo, além de fortalecer a transparência na gestão pública e servir como parâmetro às entidades habilitadas para administrar de forma satisfatória a unidade escolar em seus âmbitos social, econômico e pedagógico.

Observa-se que, durante os esclarecimentos aos interessados em participar do Chamamento Público, há momentos ricos de aprendizagem entre os envolvidos: Comissão da Secretaria Municipal de Educação e Entidades Filantrópicas. Estes aprofundam conhecimentos sobre a legalidade do processo de seleção pública, políticas sociais, aplicação correta dos recursos públicos repassados pela administração muni-

cipal, contratação e gerenciamentos de recursos humanos, manutenção e conservação do patrimônio público e a compreensão de como administrar cooperativamente a interface do terceiro setor com a administração pública.

Enquanto entidades subvencionadas pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, há a necessidade de prestação de contas junto a Secretaria de Finanças com transparência da utilização do recurso público e, por pertencerem ao Sistema Municipal de Ensino, as creches subvencionadas são supervisionadas pedagogicamente pela equipe de supervisão da Secretaria Municipal de Educação, buscando continuamente uma educação de qualidade para todos. Os profissionais das instituições também participam do programa de formação contínua oferecidos pela Pasta.

Conclui-se que, a seleção para administração de creches por meio de Chamamento Público demonstra um avanço na história. Um procedimento que vem atender as necessidades atuais da comunidade, sempre prevalecendo os princípios sociais e educacionais que norteiam o Programa de Creches Subvencionadas.



Cadastro Municipal Unificado: transparência e credibilidade no atendimento de crianças em creches

Os anos de experiência como professora e gestora de escola serviram de base para o trabalho de Valéria Campolino junto à equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, na gestão da secretária Maria Geny Borges Avila Horle. Em outubro de 2010, com mais de 25 anos de atuação na área, a educadora participou de um estudo para a divisão da cidade em setores educacionais e, em 2011, assumiu o desafio de liderar o Departamento de Planejamento Educacional, onde viu nascer o Cadastro Municipal Unificado (CMU). Valéria, que hoje divide com a atual secretária de Educação de Mogi, Profª Dra. Rose Roggero, a responsabilidade de administrar a educação municipal mogiana, conta à nossa *Educando em Mogi* como foi o processo de implantação e consolidação do Cadastro.

Como começou seu trabalho na equipe gestora da Secretaria de Educação?

Em outubro de 2010, foi chamado um grupo de diretoras de escola para junto com o Departamento de Planejamento Educacional, estudar a setorização da cidade.

A ideia era criarmos setores educacionais onde tivéssemos pelo menos uma escola em cada setor, pois o objetivo da administração municipal era garantir que a criança tivesse uma vaga próxima da sua residência. Fizemos o estudo durante o mês de outubro de 2010 e no final do mês, no dia 24, foi então assinado o Decreto Municipal nº 10.964, que criou os 65 setores.

As matrículas foram determinadas de acordo com os critérios que estavam nesse decreto e isso foi realmente um sucesso na questão de atender as necessidades das famílias para que estas tivessem uma vaga mais próxima de sua residência.

Em janeiro de 2011, com essa experiência dos setores, nós criamos também uma normatização para o preenchimento das vagas em creche com critérios bem claros para o atendimento das crianças: o Cadastro Municipal Unificado.

Como surgiu o Cadastro Municipal Unificado?

Considerando o atendimento à demanda escolar nas escolas de educação infantil municipais e subvencionadas, que recebem alunos em período integral, e a necessidade de matricular as crianças, cujas mães são trabalhadoras ou que estejam em situação de vulnerabilidade social, na região em que essas residem ou trabalham, de acordo com a subdivisão geográfica do município, co-

meçou a vigorar o Cadastro Municipal Unificado, criado pelo Decreto 11.237, de 24 de janeiro de 2011.

Para a implantação inicial do cadastro foram reaproveitadas as fichas cadastrais que estavam nas creches e foram digitadas no padrão do programa utilizado na época. Todas as inscrições foram comparadas, visando eliminar duplicidades e corrigir ou completar os dados informados pelas creches ou pelos pais.

Todas as inscrições foram incluídas em um só Cadastro, uma lista de crianças cujas famílias queriam vagas em creche para elas. Essa lista foi dividida por setores, utilizando aqueles 65 setores organizados no ano anterior e dando prioridade para o preenchimento destas vagas para filhos de mães trabalhadoras, crianças que tivessem a menor renda per capita e as que residissem em alguns setores da cidade que não dispunham de creche.

Ao longo do ano de 2011, foram realizadas 8.413 inscrições, destas encaminhamos 5.926 crianças para serem matriculadas por intermédio do Cadastro Municipal Unificado.

Quais critérios de classificação o Cadastro utiliza?

Nós usamos os mesmos critérios que as creches já usavam, porque antes da criação do Cadastro, as famílias iam até a escola que era de seu interesse (poderia ser em qualquer bairro), faziam sua inscrição, deixavam um telefone de contato, declaravam sua renda e eram classificadas de acordo com a renda per capita. A partir de então, elas começavam a fazer parte de uma lista de espera.

As mães questionavam a forma como essa lista era atendida, às vezes com vagas em locais distantes ou mesmo mães que devido à renda não conseguiam a vaga próxima de sua residência. Uma pessoa que morava um pouco mais distantes, mas com a renda menor era atendida antes, por exemplo. Como não havia controle, esses dados não se cruzavam e as pessoas acabavam se inscrevendo em várias creches.

Quais caminhos a Secretaria de Educação encontrou para reunir todas as inscrições em uma única lista?

Com este histórico das inscrições diretamente nas creches, nos perguntávamos de onde iríamos partir. Neste período, eu já estava na direção do Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria e surgiu a ideia de criar o cadastro.

O que fizemos então? Nós pedimos que as creches municipais e subvencionadas nos enviassem todas as listas que elas tinham de inscrição para que nós colocássemos todas num só banco de dados.

Digitalizamos todas essas inscrições em uma planilha em Excel, agrupando por endereço. Ainda tivemos que, manualmente, selecionar esses endereços e direcionar para um só setor. Nós ficamos bem uns 20 dias neste trabalho. Levamos o mês de janeiro todo, foi uma frente de trabalho, chamamos vários escriturários de outras escolas que nos ajudaram. Fizemos este trabalho na sala de informática do bloco didático do Cemforpe (Centro Municipal de Formação Pedagógica Prof. Boris Grinberg) e reunindo todas essas inscrições, chegamos a cerca de 7 mil inscrições.

O que observamos destas inscrições: tínhamos muita duplicidade. Tivemos o caso de uma criança que estava inscrita em sete creches. Muitas crianças que estavam aguardando, nem estavam mais em idade de creche. As mães não voltavam para dar essa informação ou mesmo dizer que já haviam conseguido a matrícula em outra escola e o nome da criança ficava lá.

Vimos então uma lista que não chegava a refletir a realidade das creches. Então, excluimos o que conseguimos identificar como duplicidade. Tínhamos 7 mil nomes para cruzar os dados em uma planilha de Excel. Consultamos todos os inscritos na Prodesp, os que já estavam frequentando creches e os que não tinham mais idade foram excluídos. Restaram umas 5 mil crianças, que foram direcionadas para os setores de suas residências.

Mas ainda havia muitos endereços que estavam desatualizados, eram antigos e tinham telefones que não funcionavam mais. Esta questão do telefone é outro problema. Hoje usamos mais celular do que fixo e geralmente são pré-pagos. Muda-se o número rapidamente e as pessoas não atualizam.

Fizemos esse agrupamento por setor e mandamos então estas inscrições para um só banco de dados, que compôs o Cadastro Municipal Unificado.

E com as vagas, como foi este processo?

Esta foi uma conquista para a comunidade porque todas as vagas foram concentradas na Central de Vagas, que não era nada mais do que uma planilha de Excel, que as escolas atualizavam semanalmente.

Era por meio dela que eu via por idade, qual era a turma que tinha vaga e identificava naquela classificação, qual era a criança com menor renda per capita que seria direcionada para a matrícula mediante a indicação da Secretaria de Educação. Fiz isso, pessoalmente, por dois anos para que não houvesse nenhum risco de manipulação, para que ninguém fosse beneficiado ou prejudicado.

Como foi a repercussão do Cadastro junto à comunidade?

Seguíamos à risca o decreto e, mesmo, com todos os desagradados iniciais, o Cadastro Municipal Unificado ganhou credibilidade. No começo, as pessoas reclamavam, não achavam que as vagas seriam concedidas com essa transparência, achavam que alguém iria manipular o Cadastro, mas não foi isso o que aconteceu. A gente seguiu à risca e as famílias vem sendo atendidas.

Em 2011 houve a primeira experiência de abertura das inscrições do Cadastro. De que maneira funcionou esta etapa inicial?

Em 2011, as famílias puderam se inscrever durante o ano inteiro. Qualquer pessoa que tivesse interesse em uma vaga de creche podia se inscrever. A escola recebia essa inscrição, nos enviava por meio de um formulário e nós alimentávamos o Cadastro.

Mas no final do ano, nós percebemos que não estávamos priorizando aquelas pessoas que já estavam inscritas, porque sempre acabava chegando alguém com uma renda menor e passava na frente. Assim, gerava uma demora ainda maior no atendimento.

Que tipo de trabalho foi feito com essas famílias?

Passamos o ano de 2011, praticamente, tentando contatar aquelas 5 mil pessoas. Fizemos um mutirão com escriturários, que entraram em contato com todas as famílias para verificar se aqueles telefones estavam funcionando e se a criança já estava na escola.

Às vezes, a criança estava na escola, mas não era localizada na Prodesp porque o nome que a família informou na inscrição não estava completo. Fomos adequando as informações do Cadastro para verificar qual era a real necessidade da cidade.

Em novembro de 2011, nós fechamos o Cadastro para então organizarmos o ano letivo de 2012. Em dezembro, reunimos todas as inscrições e procuramos atender prioritariamente com as vagas que surgiram a partir da organização da escola para 2012, considerando os que iam sair da creche e quais vagas seriam abertas para determinadas turmas.

Organizamos as escolas de acordo com esta demanda e naquele mês encaminhamos muitas crianças.

Com as escolas organizadas, qual foi o próximo passo para atender os que aguardavam no Cadastro?

Em janeiro de 2012, nós tínhamos vagas e não havia ninguém no setor interessado. Então fizemos um ajuste fino, compatibilizando as informações. Liguei para todas as famílias que estavam no Cadastro, oferecendo as vagas que tínhamos disponíveis e conseguimos acertar vários casos.

Algumas pessoas desconheciam esta possibilidade de, se não há mais interessados no setor, ser oferecida uma vaga em local um pouco distante da residência ou do trabalho, num bairro vizinho, por exemplo; mas que fica perto da casa da avó, de um amigo ou no caminho do trabalho. Conseguimos atender várias crianças nessa situação.

Houve outras formas de inscrição? O sistema já estava informatizado?

Depois que fizemos estes encaminhamentos, abrimos uma nova chamada, em fevereiro de 2012, para o preenchimento das vagas que estavam em aberto e não atendiam os que estavam inscritos no Cadastro. Experimentamos, então, a inscrição por meio da Ouvidoria pelo telefone 156 para que não tivesse o deslocamento dos pais até a creche. Ficamos umas duas semanas, recebendo as inscrições pelo telefone, uma maneira de facilitar o acesso dos pais que, a partir de alguns dados básicos, podiam inscrever seus filhos.

Nestes dados, já havíamos identificado alguns itens que podiam bloquear a inscrição em duplicidade. Recebemos 1.497 inscrições. Neste período, nossa Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) desenvolveu o Sistema de Gestão Educacional (SGE), em que existe um módulo específico para o Cadastro. Os atendentes da Ouvidoria Municipal, já utilizaram o sistema de inscrições on-line, deixando nas planilhas as inscrições antigas que continuavam a ser atendidas conforme surgiam as vagas.

Aprimoramos tanto esta lista de inscritos quanto as informações de vagas que as creches nos enviavam.

Em que o Sistema de Gestão Educacional beneficiou o atendimento?

Com o Sistema de Gestão Educacional (SGE), com muito mais facilidade e rapidez, nós temos, em tempo real, a informação de quando surge a vaga e podemos identificar quem é a pessoa com menor renda que será direcionada para essa vaga. Automaticamente, a escola recebe um e-mail com os dados para fazer o contato. As creches receberam treinamento para utilizar o Sistema.

Quantas chamadas de inscrições foram feitas em 2012?

No final das inscrições, tivemos no mês de março, algumas famílias que reclamaram que, por estarem nos bairros de divisa ou nos mais isolados, tiveram dificuldade em fazer esse contato telefônico por meio da Ouvidoria Municipal. Então, em abril, nós novamente abrimos as inscrições para estes bairros mais isolados, onde tínhamos vaga e não tínhamos ninguém aguardando. Foi uma inscrição presencial na creche.

Em agosto, tivemos mais uma chamada de inscrições, porque sempre que vemos que temos vagas e não há ninguém aguardando em alguns setores, abrimos as inscrições novamente. Fizemos quatro chamadas em 2012. Em novembro, foi a última chamada. Para os inscritos, o Cadastro continua valendo.

O decreto não prevê transferência de creche, mas a família tem a possibilidade de se inscrever de novo quando quer mudar de creche, porque neste caso a vaga que a criança deixar ficará em aberto e poderemos atender outra criança.

A comunidade reagiu bem a esta informatização do cadastro? De que forma é feito o atendimento a estas famílias?

A comunidade foi se acostumando ao sistema e o Cadastro ganhou uma credibilidade muito grande. As pessoas podem até tentar, de alguma maneira, burlar esse processo ou pressionar para conseguir uma vaga, mas o atendimento é feito de uma forma transparente para todos.

Para atender as famílias, criamos uma Central de Atendimento na Secretaria de Educação, que funciona desde 2011. Nossa profissional acolhe as famílias e mostra a situação da criança dentro do Cadastro.

Temos também, no Departamento de Planejamento Educacional, na Divisão de Organização das Escolas, uma servidora que gerencia este Cadastro, que é muito dinâmico. Ela vê quando surge vaga e se tem alguém esperando, faz o encaminhamento imediato.

É interessante dizer que há também o reconhecimento de que o Cadastro é a maneira mais democrática de atender os alunos em idade de creche. Muitos pais ligam para agradecer e dizer que pensavam que nunca seriam atendidos, que a vez deles não iria chegar. O Cadastro cada vez mais se fortalece, ganha credibilidade e as pessoas se acostumam.

Qual é a importância dos pais neste processo?

É fundamental manter os dados atualizados. Há quem reclame que está há mais de 1 ano no Cadastro, mas não entra em contato com a gente. Não sabe se a criança já foi encaminhada para escola. Se o telefone está desatualizado, a escola pode ter

tentado entrar em contato e não ter conseguido. Para atualizar os dados, os pais podem procurar a creche mais próxima ou ligar para o telefone 4726-1329

O Cadastro está em vigor há dois anos. Nesse tempo, o que ele ajudou no planejamento das escolas?

Um dos objetivos do Cadastro, com certeza, foi alcançado. Era de exatamente detectarmos qual é a verdadeira demanda, onde realmente havia crianças fora da creche, para que nós pudéssemos direcionar a construção de novas unidades pelo Plano de Expansão das Creches.

O Cadastro nos ajudou a planejarmos, a identificar onde precisávamos investir na construção e na ampliação de vagas, de que maneira podemos fazer isso para que a gente atenda da melhor forma as necessidades da população. Hoje, nós sabemos os bairros onde temos uma demanda maior, de acordo com o endereço de residência dos inscritos. A grande maioria, 90% das mães, preferem vagas próximas à residência.

De que maneira é revista a organização das escolas para a ampliação de turmas? Vocês contam com o trabalho das supervisoras de ensino?

Temos uma importante interação com as supervisoras de ensino quando é necessário reorganizar as escolas. Quando temos vagas para uma turma e demanda para outra, consultamos a supervisora de ensino que vai até a escola e verifica a possibilidade de reorganizar o atendimento daquela unidade escolar.

Atualmente, temos uma grande demanda para turmas de Infantil I (crianças entre 1 e 2 anos), estamos estudando onde podemos ampliar salas para atender este público.

Quais são os próximos passos do Cadastro Municipal Unificado?

Vamos reformular a setorização da cidade, porque alguns setores ainda não contam com creche. Nestes setores, as crianças são direcionadas para setores vizinhos. Este é um trabalho que fazemos quando surge a vaga, cruzamos o setor que não tem e outro mais próximo para que a criança seja contemplada.

Pensamos também em aprimorar os processos do Sistema de Gestão Escolar (SGE) para encontrar uma forma de que os encaminhamentos sejam feitos automaticamente, atendendo os critérios estabelecidos e a revisão dos setores.

ATENDIMENTO DO CADASTRO MUNICIPAL UNIFICADO

Etapas de inscrição	Inscritos	Atendidos	Aguardando vagas
2011	8.413	8.411	2
Ouvidoria - 156	1.497	1.476	21
Abril/2012	509	473	36
Agosto/2012	1.352	1.301	51
Novembro/2012	4.951	3.447	1.504
Abril/2013	958	285	672
Situação atual *	17.680	15.393 **	2.287

* Números de maio de 2013
** Somente em 2013, foram matriculados 1.411. Atualmente 225 vagas estão em aberto

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES